

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
CAMPUS DO SERTÃO – DELMIRO GOUVEIA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM LICENCIATURA EM GEOGRAFIA**

ESTER GONÇALVES DE MENEZES

**A RETOMADA DO POVO XUCURU-KARIRI EM QUIXABA-BA:
CAMINHOS, LUTAS E DESAFIOS**

**DELMIRO GOUVEIA/AL
2023**

ESTER GONÇALVES DE MENEZES

**A RETOMADA DO POVO XUCURU-KARIRI EM QUIXABA-BA:
CAMINHOS, LUTAS E DESAFIOS**

Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura em Geografia da Universidade Federal de Alagoas – Campus Sertão, como requisito para obtenção do grau de licenciando em Geografia. Orientadora: Profa. Dra. Suana Medeiros Silva.

DELMIRO GOUVEIA/AL
2023



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
CAMPUS DO SERTÃO
CURSO: GEOGRAFIA – LICENCIATURA

FOLHA DE APROVAÇÃO

AUTORA: Ester Gonçalves de Menezes

“A RETOMADA DO POVO XUCURU-KARIRI EM QUIXABA: caminhos, lutas e desafios” – Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação em Geografia – Licenciatura da Universidade Federal de Alagoas – UFAL – Campus do Sertão.

Trabalho de Conclusão de Curso submetido ao corpo docente do Curso de Geografia – Licenciatura da Universidade Federal de Alagoas e aprovado em 24 de outubro de 2023.

Banca Examinadora:

Documento assinado digitalmente
gov.br SUANA MEDEIROS SILVA
Data: 21/12/2023 16:40:43-0300
Verifique em <https://validar.jf.gov.br>

Prof.ª Dr.ª Suana Medeiros Silva

(Orientadora)

Documento assinado digitalmente
gov.br FRANCISCA MARIA TEIXEIRA VASCONCELOS
Data: 09/12/2023 11:07:46-0300
Verifique em <https://validar.jf.gov.br>

Prof.ª Dr.ª Maria Francisca Teixeira Vasconcelos

Documento assinado digitalmente
gov.br ANDERSON CAMARGO RODRIGUES BRITO
Data: 18/12/2023 12:09:15-0300
Verifique em <https://validar.jf.gov.br>

(1ª Examinadora)

Prof. Dr. Anderson Camargo Rodrigues Brito

(2ª Examinador)

AGRADECIMENTOS

No processo de caminhada, um dos versículos que foi primordial foi “Mas buscai primeiro o Reino, e Sua justiça, e todas as coisas vos serão acrescentadas” que é encontrado em Mateus 6.33. Não poderia deixar de começar os agradecimentos engrandecendo o nome do Senhor, por sua bondade, misericórdia, que estão presentes todos os dias nos mínimos detalhes em minha vida, agradeço senhor.

Ver a alegria dos meus pais Nora Neide, Ademar e meu irmão Alexandre que estavam presentes nos momentos de alegria e de tristeza também. Os meus familiares: José Antônio, Rita Gonçalves, e os meus tios: Albanir, Norma, Alvanir, Alzemir e Nailma.

Os meus amados Ryan Gomes, Grazielle Maia, Asafe Maia e Ana Maia, obrigada por estarem sempre presentes.

A Valcione Maria, Romerio Silva obrigada por fazerem parte desse momento, pelas nossas conversas e risadas.

Gratidão a Arleide Menezes pelos momentos que passamos juntas, pelos cafés, conversas e risadas. Hellen Juliana, André Soares e Wellen Zane obrigada por estarem presentes, amo a vida de vocês.

Aos presentes da UFAL Alice Oliveira, Rafaela Luísa, Maria Cristiana, Vinicius Waldir e Erick Ruan, obrigada por fazer a minha vida ficar mais leve e pelos momentos que compartilhamos saibam que amo cada um de vocês.

Mais que carpinteiro, Obrigada pelo presente de conhecer pessoas maravilhosas como Tina Bui e Reinaldo Bui. Aos companheiros dessa jornada: Vinicius Souza, Gustavo Souza, Ludmila e Marcos.

Gratidão, a minha amada orientadora Suana Medeiros e obrigada por embarcar nas minhas ideias e loucuras, pelo tempo de qualidade que estive com você, pelas nossas conversas, por ser essa professora incrível que tanto admiro, você tem tantas qualidades que não sei como expressar, saiba que amo você obrigada por fazer parte desse momento.

Gratidão, Flavia Jorge pelas nossas conversas, pelos cafés e sua alegria.

Aldeia Xucuru-Kariri por abrir as portas para a realização desse trabalho, Almerinda Sátiro, Rafaela Sátiro e Mair Sátiro.

RESUMO

Com assento inicial em Palmeira dos Índios, Alagoas, a aldeia Xucuru-Kariri, por volta de 1986 era formada por 120 famílias. Em virtude de conflitos internos, cerca de 5 famílias migraram para Ibotirama na Bahia, em 1991. Lá chegando, em razão de conflitos e dificuldades, novamente, saíram, dessa vez, para Quixaba, em 1999. O Distrito de Quixaba está localizado a vinte e oito quilômetros da sede do município de Glória-Bahia. Sua área territorial é de 209.964 quilômetros quadrados, com cerca de aproximadamente 2.500 moradores. Tendo como norte para a pesquisa, o processo de territorialização do povo Xucuru-Kariri, com apoio em debates atuais sobre os indígenas do Nordeste. O trabalho permitiu, investigar sobre a história, a formação e os aspectos ligados ao desenvolvimento da comunidade Xucuru-Kariri. O presente estudo tem como objetivo geral compreender a gênese do processo de retomada do povo Xucuru-Kariri. São objetivos específicos da pesquisa, apresentar a formação da comunidade a partir de uma breve trajetória histórica; os desafios da concretização da educação indígena assim como a resistência do povo para manter-se etnicamente e culturalmente pertencente e por último, registrar alguns aspectos relacionados a relação da comunidade com o meio ambiente. A pesquisa é exploratória e qualitativa, delineando-se em bibliografia especializada sobre a história e a cultura dos povos indígenas. A pesquisa tem relevância social, cultural e acadêmica.

Palavras-chave: Indígenas do Nordeste; Xucuru-Kariri; Território e relações sociedade/natureza.

ABSTRACT

Initially based in Palmeira dos Índios, Alagoas, the Xucuru-Kariri village, around 1986 was made up of 120 families. Due to internal conflicts, around 5 families migrated to Ibotirama in Bahia, in 1991. Once there, due to conflicts and difficulties, they left again, this time, for Quixaba, in 1999. The District of Quixaba is located twenty and eight kilometers from the seat of the municipality of Glória-Bahia. Its territorial area is 209,964 square kilometers, with approximately 2,500 residents. Having as a guide for the research, the process of territorialization of the Xucuru-Kariri people, with support in current debates about the indigenous people of the Northeast. The work allowed us to investigate the history, formation and aspects linked to the development of the Xucuru-Kariri community. The general objective of this study is to understand the genesis of the process of recovery of the Xucuru-Kariri people. The specific objectives of the research are to present the formation of the community based on a brief historical trajectory; the challenges of implementing indigenous education as well as the people's resistance to remaining ethnically and culturally belonging and finally, recording some aspects related to the community's relationship with the environment. The research is exploratory and qualitative, based on specialized bibliography on the history and culture of indigenous peoples. The research has social, cultural and academic relevance.

Keywords: Indigenous people of the Northeast; Xucuru-Kariri; Territory and society/nature relations.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1. OS POVOS INDÍGENAS DO NORDESTE: BREVE HISTÓRICO DOS POVOS XUCURU-KARIRI.....	12
1.1. Breve histórico dos povos indígenas do Nordeste	12
1.2 “Historiando”: a origem do nome Xucuru-Kariri.....	16
1.3. O caminho percorrido pelo povo Xucuru-Kariri.....	16
1.4. O processo inicial da trajetória do povo Xucuru-Kariri para o distrito de Quixaba.....	22
2. A LIDERANÇA NA ALDEIA XUCURU-KARIRI	28
2.1 História e trajetória das lideranças indígenas e o relacionamento com a aldeia	28
2.2 A sucessão da liderança indígena em Quixaba	30
2.3 O Cacicado estabelecido por Almerinda Sátiro	31
3. DESAFIOS DO CONTEXTO EDUCACIONAL E OS CONHECIMENTOS DOS POVOS TRADICIONAIS DO POVO XUCURU-KARIRI.....	33
3.1 Educação Indígena Xucuru-Kariri	33
3.2 Os conhecimentos tradicionais dos Xucuru-Kariri	38
3.3 Os problemas ambientais encontrados na Aldeia Xucuru-Kariri	55
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	48
REFERÊNCIAS.....	52
ANEXOS.....	57

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Aldeia Xucuru-Kariri	27
Figura 2 – Aldeia Xucuru-Kariri	27
Figura 3 – Terra protegida pelo GOVERNO FEDERAL	28
Figura 4 – Primeiro cacique Francisco de Assis Araújo	29
Figura 5 – Segundo cacique Zezé Sátiro	30
Figura 6 – Almerinda Sátiro	31
Figura 7 – Escola Estadual Indígena Xucucuru-Kariri	33
Figura 8 – Construção feita pela comunidade para guardar os equipamentos de mídia da escola	35
Figura 9 – Mair Sátiro responsável pela Escola Indígena e professores na jornada pedagógica 2023	36
Figura 10– Jornada Pedagógica na sede em Gloria Bahia	36
Figura 12 – Desfile cívico com a presença da cacica Almerinda Sátiro e Magda Rafaela com as crianças da Escola Estadual Indígena Xucuru-Kariri	38
Figura 13 – Desfile Cívico no Distrito de Quixaba	38
Figura 14 – Desfile Cívico no Distrito de Quixaba: Como tudo começou	39
Figura 15 – Colares e pulseiras	40
Figura 16 – Maracás e copos	41
Figura 17 – Maracás produzidos na Aldeia	41
Figura 18 – Oca em 2022	42
Figura 19 – Oca em 2023.....	43

Figura 20 – Toré realizado na aldeia Xucuru-Kariri	43
Figura 21 – Mair Sátiro, Almerinda Sátiro e Antônio Jose Sátiro	44
Figura 22 – Pintura corporal com uso de Jenipapo	45
Figura 23 – Pintura corporal em crianças indígenas	45
Figura 24 – Plantação de coqueiros	47
Figura 25 – Plantação de macaxeira	47
Figura 26 – Pé de Feijão	48
Figura 27 – Pé de milho	48
Figura 28 – Coqueiros	49
Figura 29 – Casa da bomba e ao redor as baronesas	50
Figura 30 – Casa da bomba por dentro	50
Figura 31 – Barreira de pedras	51
Figura 32 – Baronesa a margem do Rio São Francisco com baronesa e taboa	51

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 - Trajetórias do povo Xucuru-Kariri	18
Mapa 2: Trajetória dos Índios Xucuru-Kariri desde 1986	25

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Trajetórias das famílias indígenas	24
Tabela 2 Reconhecimento Territorial	26
Tabela 3 Função e Funcionários da Escola Indígena Xucuru-Kariri	37

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CBHSF – Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco

CEMEMFS – Centro Educacional Monsenhor Emilio de Moura Ferreira Santos

CERM – Colégio Estadual Reis Magalhaes

CIMI – Conselho Indigenista Missionário

ECF – Escola Cosme de Farias

EMEI – Escola Municipal de Educação Infantil

FUNAI – Fundação Nacional dos Povos Indígenas

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

JSF – Josenalva Soares Fernandes

OMS – Organização Mundial da Saúde

INTRODUÇÃO

A princípio, a aldeia Xucuru-Kariri era em Palmeira dos Índios, estado de Alagoas, por volta de 1986 era formada por cento e vinte famílias. Em virtude de conflitos internos, cerca de cinco famílias resolveram migrar para Ibotirama na Bahia, em 1991. Lá chegando, foram para o interior e encontraram algumas dificuldades como o acesso a cidade, já que tinham que passar pelas terras dos fazendeiros e, novamente, ocorreram alguns conflitos familiares, um dos motivos pelo qual resolveram sair novamente, dessa vez para Quixaba, em 1999, com as mesmas cinco famílias. O Distrito de Quixaba está localizado a vinte e oito quilômetros da sede do município de Glória-Bahia. Sua área territorial é de 209.964 quilômetros quadrados, com cerca de aproximadamente 2.500 moradores.

As famílias em Quixaba, em 2023, somam trinta e duas, originadas das cinco existentes em 1999. Na aldeia foram encontradas uma série de problemas como, ao lazer, a poluição do rio que banha a aldeia ficou evidenciada pela presença de macrófitas.

A escolha do tema “A retomada do povo Xucuru-Kariri em Quixaba-BA: caminhos, lutas e desafios” se deu mediante ao relacionamento da autora com os indígenas dessa região, sobretudo, em relação ao contato da Escola Estadual Reis Magalhães localizada em Glória-BA, no ensino médio, onde em algumas datas comemorativas a escola levava seus alunos para prestigiar a aldeia, nisso, a Universidade Federal de Alagoas no campus do Sertão, sobretudo o curso de geografia e os inúmeros debates e diálogos, permitiu uma proximidade com a luta indígena. Como se sabe, a migração estabelecida pelos Xucuru-Kariri e os desafios enfrentados pelos indígenas, e nesse intervalo de tempo, passei por dificuldades para compreender a dimensão dessa pesquisa, no qual, tivemos que desenvolver métodos e diálogos através de entrevistas de forma presencial. Foi nesse momento que comecei a refletir sobre os desafios enfrentados pelos indígenas, as lutas estabelecida nesses processos de migrações, e por fim, os desafios enfrentados através das migrações, porque passar por tantas regiões, e conhecer um pouco sobre quem foram os caciques (as) mantendo um diálogo com os indígenas que foi essencial para o desenvolvimento dessa pesquisa.

Nesse sentido, a problemática que propormos responder foi como se deu o processo de retomada do povo Xucuru-Kariri. A presente pesquisa tem como objetivo principal compreender a gênese do processo de retomada do povo Xucuru-Kariri. A partir disso, tendo como norte para a pesquisa, o processo de retomada do povo Xucuru-Kariri, com apoio em debates atuais sobre os indígenas do Nordeste, buscou-se nos limites que o trabalho permitiu,

investigar sobre a história, a formação e os aspectos ligados ao desenvolvimento dos indígenas Xucuru-Kariri.

Os procedimentos metodológicos utilizados para o desenvolvimento da pesquisa foram a princípio, foi um questionário com 11 perguntas objetivas e diretas; o mesmo buscou analisar a realidade dos indígenas em relação ao: Número de famílias que saíram de palmeira dos índios-AL; a educação e cultura na aldeia; as confecções produzidas dentro da aldeia; e por fim, o que cultivam e os problemas ambientais causados pela baronesa e taboa.

Com efeito, o objetivo geral da pesquisa foi compreender o objetivo central retomado do povo Xucuru-Kariri. São objetivos específicos da pesquisa, identificar a formação da comunidade a partir de uma breve trajetória histórica; apresentar os desafios da concretização da educação indígena assim como a resistência do povo para manter-se etnicamente e culturalmente pertencente e por último, registrar alguns aspectos relacionados a relação da comunidade com o meio ambiente. Vale ressaltar que o primeiro questionário foi realizado no segundo semestre letivo em 2022.

Quanto ao método que embasaram a pesquisa foram principalmente entrevistas realizadas com os moradores da Aldeia. As imagens utilizadas foram cedidas por Magda Rafaela, professora da Escola Estadual Indígena Xucuru-Kariri, a mesma faz parte da liderança indígena e é casada com Mair Sátiro do Nascimento. O mesmo iniciou seu cacicado a partir do reconhecimento na reunião com todos os membros da liderança e indígenas, filho da ex-cacica Almerinda Sátiro do Nascimento que estabeleceu seu cacicado no período de 2010 até 2022.

O trabalho de conclusão de curso está organizado em três capítulos. O primeiro, intitulado com “os povos indígenas no nordeste: breve histórico do povo Xucuru-Kariri”, tem como função, relatar brevemente a história dos povos indígenas, sobretudo os Xucuru-Kariri. Para esse primeiro capítulo utilizamos os seguintes autores: Antunes (2007), Araújo (2014), Arruti (2006), Benedites (2022), Francisca (2014), Gama et al (2003), José Peixoto (2014), Marly (2022), Neves (1985), Parasi (2008), Ribeiro (1995), Ribeiro (1982), Santana (2010), Silva (2003), Silva (2010), Soares (2008).

Por conseguinte, no segundo capítulo intitulado como “A liderança na aldeia Xucuru-Kariri” tem como objetivo principal relatar, os desafios enfrentados pelos indígenas no processo de migração, quem foram os caciques(as), o procedimento utilizado para o

desenvolvimento desse capítulo foi um questionário de 11 perguntas objetivas e diretas; o mesmo buscou analisar a realidade dos indígenas relacionado ao número de famílias, a sucessão da liderança indígena em Quixaba, e por fim, o cacicado de Almerinda Sátiro do Nascimento que estabeleceu-se no período de 2010 até 2002. Nesse capítulo, foi realizado através das entrevistas na aldeia.

Assim, o terceiro capítulo intitulado por “os desafios na educação e os conhecimentos tradicionais” aborda o funcionamento da escola estadual indígena xucuru-kariri quem são os professores e funcionários, a relação dos conhecimentos tradicionais no âmbito da educação e os conhecimentos tradicionais através da cultura, dança, artesanato e o cultivo as plantações realizadas dentro da reserva indígena, e por fim, abordar os problemas ambientais encontrados na aldeia como a baronesa e taboa. Nessa seleção recorreremos aos seguintes pesquisadores: Bonnemaïson (2001), Brasil (1997), Parra (2015), Ribeiro (1999), Santos (2020), Silvana (2014) e Tavares (2008).

Ademais, ressaltamos que o estudo é relevante atendendo ao critério do engajamento com a pesquisa a respeito dos povos indígenas do Nordeste.

1. OS POVOS INDÍGENAS DO NORDESTE: BREVE HISTÓRICO DOS POVOS XUCURU-KARIRI

1.1 Breve histórico dos povos Indígenas do Nordeste

Ao analisar a sociedade atual, precisamos voltar à história, sobretudo relatando a chegada dos portugueses ao Brasil, fato ocorrido em 22 de abril de 1500, por intermédio de Pedro Álvares Cabral, que chegou ao sul da Bahia, desembarcando em Porto Seguro.

De acordo com Silva (2017, p.18), a colonização deixou marcas principalmente na fauna e flora brasileiras, através da exploração desenfreada da natureza como o pau-brasil e o ouro.

Os europeus se estabeleceram e se apropriaram do território dos povos originários, estabelecendo e impondo costumes e crenças próprios, em detrimento dos saberes, costumes e crenças dos nativos. É verdade que o processo de estabelecimento europeu no Brasil, mormente no que diz respeito à dominação indígena, não se deu de forma linear e sem resistência.

Também é oportuno destacar que os europeus se utilizaram da estratégia de utilizar as disputas existentes entre os povos indígenas para lograrem êxito em seu projeto de dominação. Tal estado de coisas aliado ao simples contato físico, foi devastador, posto que os indígenas não eram imunes aos agentes biológicos causadores de doenças que os europeus carregavam em seus corpos. Nesse sentido, merece destaque a consideração da natureza do conflito, como o “conflito predominante biótico, ou seja, uma guerra bacteriológica, trazida pelos “brancos” como uma peste aos corpos dos povos indígenas” (Ribeiro, 1995, p.30).

Nessa perspectiva, compreendemos brevemente a chegada dos colonizadores (portugueses) ao Brasil, mas, o objetivo principal é a compreensão do breve histórico dos povos indígenas na região Nordeste.

De acordo com Silva, SM, (2017), a região do Nordeste brasileiro foi duramente impactada pelo projeto colonizador português. A autora menciona o sistemático esbulho das terras indígenas, a classificação meramente ideológica em índios hostis e mansos, o que justificava a guerra contra os primeiros e paulatinamente, o afugentamento dos indígenas do litoral para o sertão.

Os aldeamentos possuíam relevante papel na história do povo indígena brasileiro com reverberações no aspecto ligado à questão territorial. Não se pode esquecer que os aldeamentos levados a efeito pelos portugueses desenvolveram as funções de “amansar” os

indígenas capturados, catequizá-los para a fé católica, treinar a mão de obra indígena para novos ofícios e, em razão da sua curta ou longa duração, foram responsáveis pelo surgimento de povoados, vilas e mais tarde, cidades.

Gama *et al* (2019) destaca a criação dos aldeamentos para indígenas considerados “não hostis” com a articulação dos Estados e as lideranças religiosas. Almeida (2010) sobre a política de aldeamento ressalta a essencialidade da política de aldeamento para a colonização portuguesa, uma vez que os indígenas serviram como aliados nas guerras justas, mão de obra e “soldados” indispensáveis à defesa do território brasileiro. É no que diz respeito aos aldeamentos e nos conflitos sobre eles, envolvendo colonos e os jesuítas, tendo a tutela indígena como objeto da celeuma, que ganhará destaque a atuação do primeiro ministro português, à época, Marquês de Pombal.

Dissertando sobre o impacto das medidas adotadas pelo Marquês de Pombal em relação aos aldeamentos indígenas, sobretudo no aspecto territorial, Silva (2003) argumenta que a política indigenista pombalina incentivou a ocupação de colonos e estimulou o casamento interétnico, por outro lado, favoreceu a ocupação das terras indígenas mediante arrendamentos ilegais, ocupações e/ou invasões e por conseguinte, a dispersão dos indígenas.

É imperioso lembrar que a situação do reconhecimento dos direitos dos indígenas ao uso dos seus costumes e crenças, assim como o direito aos seus territórios como povos originários não se modificou com o fim do período colonial e a consolidação da independência em 1822.

Na verdade, com apoio em Gama (2019), a transformação da terra em mercadoria e as limitações jurídicas impostas pela Lei de Terras de 1850, no que diz respeito a quem teria o direito de possuir terras, gerou uma oligarquia latifundiária que da forma como foi estruturada com o apoio estatal, perpetuaria o problema da desigual e excludente política fundiária brasileira.

A extinção dos aldeamentos não se deu de forma linear em todas as províncias e nem foi fruto de uma ação coordenada e direcionada para o seu total aniquilamento. De acordo com Silva (2003), a extinção dos aldeamentos indígenas

aconteceu de forma particular em cada província. Em Alagoas, ocorreu por decreto providencial datado de 1872. A partir decretos que indicavam não haver mais indígenas dessa extinção, há uma alteração na forma como se apresenta a relação índio e Estado. Era oportuno para o Estado naquele momento, o entendimento de que não havia mais índios a assistir, por isso iniciou-se um silêncio oficial. A extinção dos aldeamentos representa uma tentativa de acelerar o processo de integração dos índios, principalmente dos seus territórios, a sociedade nacional. Captura a força de trabalhos em vilas para proporcionar a expansão dos cultivos de algodões pelos sertões. (Silva, 2003, p. 18).

A política indigenista brasileira sempre foi pautada pela busca da assimilação e integração do indígena à comunidade nacional, esta, vista como civilizada e para a qual deveria o indígena paulatinamente se inserir até que não restasse mais nada do que fora o indígena, posto que considerado atrasado, primitivo e não civilizado. Nesse sentido, Silva (2008) menciona que a extinção dos aldeamentos representa um avanço sobre os territórios indígenas seja por medidas legais como a Lei de Terras, seja pelo silenciamento estatal e omissão diante das investidas dos colonos em face das terras indígenas.

Por conseguinte, as ações públicas voltadas contra os aldeamentos, na medida que incentivaram o avanço sobre as terras indígenas, contribuíram para o desaparecimento dos povos originários no Nordeste, na medida que os obrigou a migrarem para outras regiões. Silva (2003), menciona que no século XIV, os vereadores – homens bons – legislando em causa própria, reivindicaram as terras pertencentes aos antigos aldeamentos para expansão territorial dos municípios que representavam.

De acordo ainda com o autor, com a extinção dos aldeamentos, os povos indígenas foram dispersando-se pelo vasto território brasileiro, mormente para os grandes centros urbanos, buscar melhoria de vidas.

Silva (2004) em pesquisa sobre aos aldeamentos no Estado de Alagoas, argumenta que os aldeamentos passaram a serem considerados extintos em 1872:

Silva (2003) justifica que o “silêncio oficial” e o “desaparecimentos dos povos indígenas” estão interligados. Contudo, ressurgiram os povos indígenas nos últimos 30 anos no Nordeste:

Nos últimos 30 anos, diversos povos indígenas ressurgiram no Nordeste, como os Pitaguary, os Tremembe, os Kalabaça, os Kalabaça, os Tabajara, os Potiguara, os Jucá, os Kanindé, os Anacé, NO Ceará; os Pipipã em Pernambuco. Os Tupinambá, os Tumbalalá, na Bahia; os Kalankó, os Karuazu, os Catókin, os Koiupanká, todos em Alagoas e em 2023, tornou-se público o ressurgimento dos Pankauiká, dos Pankara em Pernambuco. (Silva, 2003, p.164).

Considerando isto, nos Estados do Nordeste, mormente em Alagoas, ressurgiram algumas tribos indígenas, sobretudo o povo Xucuru-Kariri. Gama *et al* (2019) nos informa da existência de mais de doze etnias indígenas.

Por sua vez, ao trazer o conceito de “índios remanescentes” e “caboclos”, Silva (2011) desperta a discussão sobre a condição de povo indígena, para tanto, argumenta que a condição de indígena ou a sua negação fora utilizada como estratégia identitária na medida

em que para evitar sofrer perseguições os indígenas negavam seu pertencimento étnico. Situação vivenciada pelos povos indígenas do alto sertão de Alagoas, uma vez que:

Muitas das ramas em Alagoas permanecem durante anos em silêncio, realizando suas práticas religiosas em locais improvisados, contudo reproduzindo sua ancestralidade mesmo diante a perseguição pela população local (Silva, 2011, p. 27)

Consequentemente, a classificação estabelecida através dos títulos de “índios remanescentes” e “caboclos” contribuiu e gerou consequências aos povos originários. As suas crenças e manifestações culturais foram afetadas drasticamente.

A pesquisa de tese de Parisi (2008) apontada por Arruti (2006) assinala que a análise do Nordeste ganha relevância, além de ser a região mais antiga por ser a região da colonização, também por ser o local importante na formação étnica, posto que é no Nordeste que fica marcado o período oficial de “extinção e desaparecimento” dos povos indígenas. Por sua vez, a autora citada destaca que na década de 1970, registrou-se pedido de cablocos reivindicando sua condição indígena.

A Pesquisa de Parisi (2008) sobre os Xucuru-Kariri, destaca a reconstrução da trajetória de um grupo indigenista remanejado em suas habitações em “nova terra” a partir da presença, do órgão indigenista (FUNAI), a partir de 1920, para o reconhecimento das etnias os Fulni-o (AL), e também a atuação do Pe. Damasco e do antropólogo Carlos Estevão na comunicação com os povos Pankararu (PE) e os Xucuru-Kariri (AL).

A autora destaca ainda a criação dos Postos Indígenas no Nordeste, a partir da segunda metade da década de 1920 e, a criação do primeiro posto indígena, junto à Fazenda do Canto/Xucuru-Kariri.

Por tudo que foi exposto, pode-se até aqui inferir que os indígenas sofreram um ataque sistemático e duradouro que os levou a migrarem de suas regiões originais, na maioria dos casos, as regiões litorâneas, para o sertão; com prejuízos também evidentes para o esfacelamento do idioma indígena e organização dos seus territórios.

A política indigenista brasileira, desde os tempos coloniais, passando pelo império e já com a república, sempre esteve fundamentada na integração do indígena ao projeto “civilizador nacional”. Tal ideia de integração nacional escamoteia a negação dos saberes indígenas, seus costumes e crenças e o respeito aos seus territórios sagrados. Só a partir da Constituição Federal de 1988, que a autodeterminação dos povos indígenas ganha assento constitucional, não obstante, as lutas pelo direito à terra que ocupam e políticas públicas de saúde e educação ainda são objeto de intensas reivindicações.

1.2 “Historiando”: A origem do nome Xucuru-Kariri

Primeiramente, os Xucuru-Kariri são oriundos de Palmeira dos Índios Alagoas. Segundo o IBGE a área territorial total é de 450.990 km. Qual sua origem? Através da união de dois povos: Os Xucurus em Pernambuco e os Kariri em Alagoas, ambos de nação Tupi. De acordo com Antunes (2007) os Xucuru e os Kariri atualmente habitam a região que faz parte do município de Palmeira dos Índios-AL, originando-se da região central de um aldeamento reconhecido pela coroa portuguesa.

A tese de Soares (2008), intitulada: A reconstrução da trajetória de um grupo indígena remanejado e suas habitações em “nova terra”, menciona o caminho percorrido pelos Xucuru para a formação do povo Xucuru-Kariri.

De acordo com a autora, os Xucuru por volta de 1740, desceram da Aldeia de Cimbres, atual Pesqueira-PE, e, juntamente com os indígenas provenientes do atual Porto Real do Colégio, aldearam-se na Serra do Cariri, local que hoje ocupam, à margem do ribeiro Carfuna, entre as terras da fazenda OLHOS D’ÁGUA do Accioly e Serra da Palmeira.

No mesmo sentido, Neves menciona a respeito do povo Xucuru-Kariri:

Os xucuru-kariri, originalmente dois distintos povos indígenas. Os xucuru e os kariri encontravam estabelecidos na região em que atualmente habitavam por volta de meados do século XVIII, em regiões mais distintas mas contínuas, hoje parte do município de Palmeira dos Índios, que derivava o nome do fato de ter sido formado a partir do aldeamento original indígena, sendo o centro da sesmaria de terras. (Neves, 1985 p.1-2)

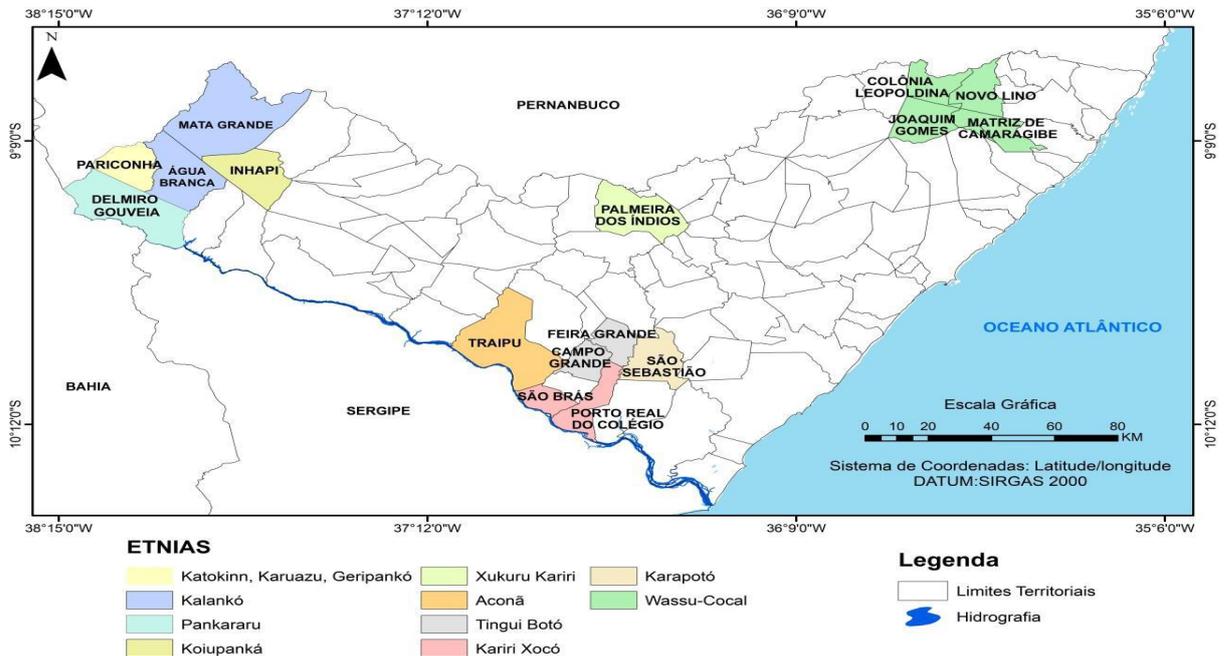
Na mesma Perspectiva o Conselho Indigenista Missionário (CIMI) no ano de 2004 relatou que “Os povos Xucuru e Kariri pertencem a fusão de dois povos distintos, que hoje estão presentes em Pernambuco e os Kariri estão em Alagoas”.

Desse modo, a origem do nome Xucuru-Kariri, está relacionada ao local de origem dos povos, onde atualmente está localizado. De acordo com Kauan (2022) é um tronco familiar presente em três estados nordestinos: Minas Gerais, Pernambuco e Alagoas.

1.3 O Caminho percorrido pelo povo Xucuru Kariri

Primeiramente, ressaltaremos algumas características físicas que envolvem o estado de Alagoas. Conseguimos observar no mapa 1 a distribuição espacial em três mesorregiões: “o Leste, Agreste e Sertão” (Gama *et al*, 2022, p. 339). Limitando-se ao Agreste encontramos a cidade de Palmeira dos Índios que será o foco desta primeira etapa da pesquisa:

MAPA 1: Localização das etnias indígenas de Alagoas



Fonte: SEPLAG; FUNAI; 2018 Organização: Própria dos autores Lucas Gama, Amanda Silva e Anderson Ribeiro. 2019

Nesse sentido, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) relatou brevemente que no Agreste encontramos a cidade de Palmeira dos Índios (AL). Considerando a presença do povo indígena, nomeados por Xucuru-Kariri que se estabeleceu no século XVIII, próximo a serra do Sopé em Palmeira dos Índios.

A presença desses povos foi se tornando frequente na cidade, cuja população passou a chamar todos os índios que habitavam Palmeira dos Índios de Xucuru, em lugar de Kariri-Wakonã [...] depois, a cidade foi recebendo outras denominações como Terra de Graciliano, Terra de Pinha, Terra do Amor, Terra da cultura... e o índio foi sendo relegado ao esquecimento, a invisibilidade, ao silenciando e até ao esquecimento. (Peixoto, José; Neta, Francisca, 2014, p.3).

Para o prosseguimento dessa pesquisa, os autores como Antunes (1997) Rosana Soares (2008) e Oliveira (2006) contribuíram para a informação de que os indígenas de Palmeira dos Índios são oriundos da Serra do Ororubá, localizado em Pernambuco. Desse modo, Guimaraes (2003, p.s/p) afirma “na maioria das vezes, as secas são severas e prolongadas no Brasil, eles precisam migrar para outras cidades ou outras regiões do Brasil” como a seca foi devastadora os Xucuru saíram de suas terras, estabelecendo-se temporariamente na Serra da Cafurna.

Além das dificuldades encontradas pelos povos indígenas, a presença marcante da expansão capitalista no território Brasileiro e o latifúndio foram essenciais para o processo de migração dos povos indígenas para outras regiões.

De acordo com Santana (2010) a expansão capitalista e a consequente expansão do latifúndio e o processo de colonização acentuaram a já difícil situação dos indígenas com relação à defesa dos seus territórios.

Araújo (2014), que também fala sobre os “percursos Migratórios” dos indígenas Xucuru e o povoamento em Pernambuco no século XVI, destaca que na cidade de Limoeiro, partiram missões dos oratorianos com a intenção de aldear indígenas da etnia Xucuru, porém, a empreitada fora mal sucedida em razão da vitimização dos Xucuru pela peste da bexiga.

A autora citada ressalta a ocupação do território indígena por fazendeiros, grileiros e os latifundiários, porquanto aquelas terras são férteis e produtivas justamente para a criação de gado e plantações de capim. Consequentemente os indígenas eram constantemente atacados pelos latifundiários, um destes ataques era relacionado a sua identidade chamando-os de “Caboclos da Serra” e “índios remanescentes”.

Nesse processo de imposição dos fazendeiros relacionado com os povos indígenas. Consequentemente os fazendeiros estrategistas convenceram os indígenas à arrendar a terra com finalidade de colocar o gado, como foi mencionado anteriormente estas terras são produtivas para a plantação de capim consecutivamente própria para a criação de gado. Estes fazendeiros irregularmente conseguiram a emissão de títulos catalogados, ou sejam, tiveram todo domínio sobre os povos indígenas.

Os indígenas com parcelas maiores de terras eram convencidos pelos fazendeiros a lhe arrendar para que o gado as utilizassem para o pasto. Parte significativas dessas terras, porem foi apropriada pelos fazendeiros de forma irregular com a conivência e emissão de títulos catalogados na região. [...] o domínio sobre os indígenas pelos fazendeiros, não se limitava à posse das terras de forma ilegal, aos arrendamentos forçados, depois motivo de expulsão das famílias, o trabalho preconizado, para citar algumas das situações a que os indígenas foram sujeitados. (Gondin, Marly 2022, p. 82- 83)

Por conseguinte, não foi somente a questão de dominação territorial causada pelos fazendeiros, mas também os danos foram imensuráveis como arrendamentos forçados, o ato de cultivar, ou seja, o contato com os seus ancestrais, a dança e o Toré foram proibidos, simultaneamente à expulsão das famílias. Entendemos que isso os levaram a migrar para outras regiões e até mesmo outros estados.

Os autores Gama (2019), Silva (2019) e Ribeiro (1982), auxiliaram em outro aspecto relevante para esta pesquisa, no que diz respeito ao desaparecimento dos povos indígenas em Alagoas e o processo de desterritorialização estabelecido pelos latifundiários, ou seja, os

fazendeiros daquela Região. Conseqüentemente as lutas e reivindicações estabelecidas pelos Xucurus foram essenciais nesse processo de mobilizações:

De maneira geral, a linha de pensamento estabelecida por Marli Gondim contribuiu e destacou a participação do Cacicado do “Xikão” foi convidado para mediar e debater com os Deputados Federais em Brasília. A luta estabelecida por “Xikão” foi essencial nesse momento de fragilidade e na luta pelos direitos básicos.

A autora sublinha que a retomada das terras dos Xucuru representa um projeto que se relaciona com a memória do processo secular de luta, representando a reconstrução do território Xucuru.

É importante ressaltar que a liderança estabelecida por Francisco de Assis Araújo, mais conhecido pelo apelido de “Xicão”, ganhou dimensão nacional, inclusive com Xicão atuando junto ao Congresso Nacional, em Brasília, para lutar pelos direitos territoriais do povo Xucuru.

O trecho a seguir, revela o engajamento político de Xicão,

Lá em Brasília de cara as outras lideranças botaram eu para ser o da frente, para abrir as portas do Congresso Nacional nos trabalhos constituintes. Eu logo de cara topei essa barra pesada. Não conhecia Brasília, não conhecia o Congresso Nacional, não conhecia a FUNAI, mas os caras perceberam [as lideranças mais antigas] assim uma [Capacidade de ação naquele momento]. Ai comecei a enfrentar o debate com Marcos Maciel, Sandra Cavalcanti do Rio de Janeiro. (Benedites, 2022, p.108).

Nesse período de tempo o cacique “Xikão” estabeleceu uma relação de liderança, através do diálogo com a participação política sobretudo no Congresso Nacional e, mobilizando os Xucurus a lutar pelos seus direitos, buscou retomar as terras que antes estavam na posse dos fazendeiros.

Para Benedites (2022), a articulação política em Brasília e a significativa mobilização junto ao povo Xucuru, lideradas pelo Cacique Xicão, viabilizaram a retomada do território tradicional do povo Xucuru, no início da década de 1990.

Retomando a discussão anterior, a presença dos latifundiários e fazendeiros utilizaram os termos “caboclos” aos indígenas, para que assim, conseguissem o terreiro para expandir a produção do gado naquela localidade. Devido à forte influência dos latifundiários os povos indígenas passaram a “se sujeitar a ocultação dos costumes e rituais, adaptaram-se e sujeitando-se deslocar” (Silva, 2013).

Perseguidos historicamente por não caberem no paradigma civilizatório trazido e imposto pelos colonizadores portugueses, os indígenas brasileiros possuíam uma relação

diferente da do colonizador, de pertencimento com a terra/território. Para os indígenas, a terra transcende seu valor mercadológico, por ser um lugar que está relacionado à identidade e ao pertencimento.

Desde a invasão das terras brasileiras pelo colonizador português, operou-se o epistemicídio sobre os povos originários, que consistia na negação absoluta tendente a inferiorização do hábitos, crenças e costumes, desconsiderando a relação dos indígenas com seu território. Por ignorância e movidos pelo anseio de lucro, os europeus precisavam desqualificar a existência indígena que por tudo o que representava, consistia num tormentoso embaraço ao seu projeto colonial.

A estrutura fundiária brasileira com raízes no sistema de capitanias hereditárias, agravada pela Lei de Terras de 1850, intensificou o clima de conflito entre os indígenas e os colonizadores inicialmente e, mais tarde com a população não indígena, herdeira da ideologia colonizadora de apropriação da terra para fins comerciais e patrimoniais.

É buscando fugir das perseguições étnicas que de acordo com Silva (2013) os indígenas se viam forçados a negar sua identidade como estratégia de sobrevivência.

O Relatório do CIMI (1999) noticiou problemas enfrentados pelas comunidades indígena no Sertão Nordeste. Dando conta de conflitos territoriais e adversidades causadas pelas influencias climáticas, ou seja, o período de seca (dezembro a abril). São relatadas as diferentes adversidades que os povos indígenas enfrentaram, sejam os Pankararé em Rodelas, Paulo Afonso e Glória ambos localizados na Bahia; a comunidade Tuxá, também localizado na Bahia, e por fim, os indígenas objeto da pesquisa, os Xucurus-Kariris, em Palmeira dos Índios, Alagoas.

De acordo com o documento citado e produzido pelo CIMI:

A invasão da terra por posseiros e fazendeiros prejudica a sobrevivência dos grupos étnicos. Acirando conflitos internos. Demarcação por território. Órgãos responsáveis por saúde e educação melhorar os atendimentos básicos. Agricultura diminui no período de seca. Relacionado aos pastos demarcados estão nas mãos dos posseiros (CIMI, 1999).

Em razão do desencadeamento das situações enfrentadas pelos povos indígenas e especialmente, as situações enfrentadas pela comunidade indígena Xucuru-Kariri, estes resolveram sair de Palmeiras dos Índios, em razão das condições climáticas e pela intensificação dos infrutíferos e constantes diálogos com as autoridades e os fazendeiros locais, situação do conflito que fez com que os indígenas saíssem de Palmeira dos índios,

desgastando a comunidade indígena, que saíram de Palmeira dos Índios e seguiram para Ibotirama.

Ibotirama encontra-se no interior da Bahia. Possuindo uma área de 1.191 km (IBGE), situa-se na microrregião de Barra e na mesorregião do Vale de São Francisco, próximo a Salvador na Bahia, estas informações encontram-se no site oficial da prefeitura municipal de Ibotirama.

Enquanto em Ibotirama, a comunidade indígena encontrou novos contratemplos, o principal articulação, ou seja, saída de Palmeira para Ibotirama, “quem articulou o povo era Antônio Jose Sátiro Nascimento¹” de acordo com o entrevistado Mair Sátiro Nascimento (2023) filho de “Almerinda Sátiro Nascimento²”. O Antônio Jose Sátiro Nascimento era conhecido pela comunidade como “Zé Sátiro” e pelo apelido de “Zezinho”, a história da migração e da sucessão geracional e política. Ele era o cacique na época, que visita a terra, olhou, retornou para Ibotirama na Bahia e de lá vieram para cá. A princípio só vieram cinco famílias” (Mair Sátiro)

Dessa forma, o entrevistado MSN comentou que passaram somente “dois anos em Ibotirama na Bahia”. Seguindo essa linha de pensamento, Mair Sátiro abordou questões relevantes para a saída de Ibotirama para Quixaba (BA):

“O processo foi um pouco turbulento por conta que houve um conflito entre povos mesmo, famílias, e para não gerar mais confusão teve que alguém sair, então a Família Sátiro saiu de Ibotirama. De lá passamos dois anos e de lá vieram pra cá para Quixaba ne, pro povoado Quixaba” (Entrevista com Mair Sátiro em 2022).

Sobre o mesmo ponto de vista Thomas Fasceta (2004) menciona que:

“Os Xucuru-Kariri possuem origem secular, eram residentes de Palmeira dos Índios - AL, e hoje encontram-se localizados no Povoado Quixaba, município de Glória - BA. Desse modo, é possível constatar a trajetória do povo Xucuru-Kariri marcada por uma série de dificuldades, sobretudo pela passagem por uma gama de localidades, tais como o local de origem, Palmeira dos Índios – AL, Ibotirama – BA, bem como o local de destino, o povoado Quixaba. Seguindo esse processo histórico, abordaremos um detalhe e aspectos da trajetória vivenciada pelo povo Xucuru-Kariri.” (Fasceta, Thomas, 2004)

1 Antônio Jose Sátiro Nascimento ex-cacique articulou a saída dos indígenas de Palmeira dos Índios para Ibotirama na Bahia.

2 O cacicado estabelecido por Almerinda Sátiro Nascimento iniciou-se em Quixaba

Kauan Correia³ expressou os desafios enfrentados em Ibotirama na Bahia:

Meu filho já veio de braço para cá, estou colocando a facha de 88 há 89, passamos por Ibotirama, ba Bahia, e beira rio, São Francisco esse mesmo rio que passa aqui né, estão lá, as terras que a FUNAI comprou, ela alegava, ai tinha que passar por terra de de fazendeiros para poder chegar nessa terra, que a FUNAI comprou, mas que eles lá, raramente a gente lá não trabalhemos lá, de roça não, não chegou a botar roça não, do meu alcance não, quando o rio do mar ficava cheia, ficava tudo alagado, quando o rio recebia muita cheia, que era conhecido por “passagem” (Entrevistado Kauan 2022).

Diante dos desafios supramencionados pelos Xucurus, os mesmos necessitaram deixar Palmeira dos Índios/ Alagoas para se fixar em um novo lugar, este com novo nome o “povoado Quixaba” (FASCETA, 2004). Nesse âmbito, dispostos a melhorar a qualidade de vida da comunidade, que já haviam passado por dificuldades e perdas como “as perdas no caminho” (Entrevista com Mair Sátiro). Desta maneira, certamente, abordaremos esta trajetória no subcapítulo abaixo.

1.4 Processo Inicial da trajetória do povo Xucuru-Kariri para o Distrito de Quixaba

Primeiramente, ao adentrar em um novo território essas comunidades, trazem uma história milenar e uma rica cultura que devem ser preservadas, respeitadas e valorizada. Essa chegada traz consigo novos desafios, mas também crescimento, a presença do povo indígena estabelece relações de reciprocidade e a valorização da diversidade local. A chegada do povo Xucuru-Kariri em um povoado, e muito antes, a sua relação com a terra, valores culturais e tradições ancestrais (encantados). É importante reconhecer e valorizar esta história proporcionando espaços de convivência, diálogos e troca de conhecimentos, preservação e revitalização de suas tradições.

Como foi mencionado no tópico anterior, visto que a chegada de um povo indígena em um território é desafiador. Todavia, o entrevistado Kauan Correia menciona como foi o processo de busca pelo território:

Por que o meu cunhado, o cacique que já faleceu. Ele veio mais a esposa de Ibotirama, cassando terra pra FUNAI comprar, ai se interessou por esse, por essa terra aqui, apareceram outras, mas não cabiam a família, então foi localizado essa terra aqui, quando ele veio de Ibotirama pra aqui, veio Ele e a esposa, em procura de terra, ai achou essa terra aqui. (Kauan).

Ainda na mesma perspectiva:

Essa terra foi apontada por, pelo senhor Olegário, foi quem apontou essa terra aqui, e através dele, que apontou essa terra, então foi comprada, e essa terra aqui [...]. A

34 Kauan Correia nome fictício inspirado em força, inteligência e visão

FUNAI comprou a terra, antes, só tinha uma casa aqui, ai foi onde o Bispo ajudou o finado Domário, ajudou a construir a essas casas, não todas, mas as casas antigas foi tudo o finado Domário que construiu, esta casa com ajuda da igreja do Bispo que era de Paulo Afonso, que e Domário né, que eu acho, que com certeza esta, que é com Deus que é uma pessoa, era uma pessoa muito boa, ajudava. (Entrevistado, Correia, Kauan 2022)

Ainda assim, o indígena Kauan Correia discutiu-se que “chegamos aqui, em 1984”. Nesse sentido, sua chegada foi em 1984 como apontou Kauan Correia que também, relatou “nos saímos em cinco famílias, hoje estamos com trinta e sete famílias, entre aldeados e não aldeados”. Neste sentido, para melhor visualização da trajetória das famílias indígenas, segue o tabela 01 e o mapa 02, direcionada pelas localidades e anos, por fim, a quantidade de famílias atualmente, anteriormente em 1999 era o Povoado Quixaba, no final de 2022 para iniciando 2023 o povoado Quixaba se tornou Distrito.

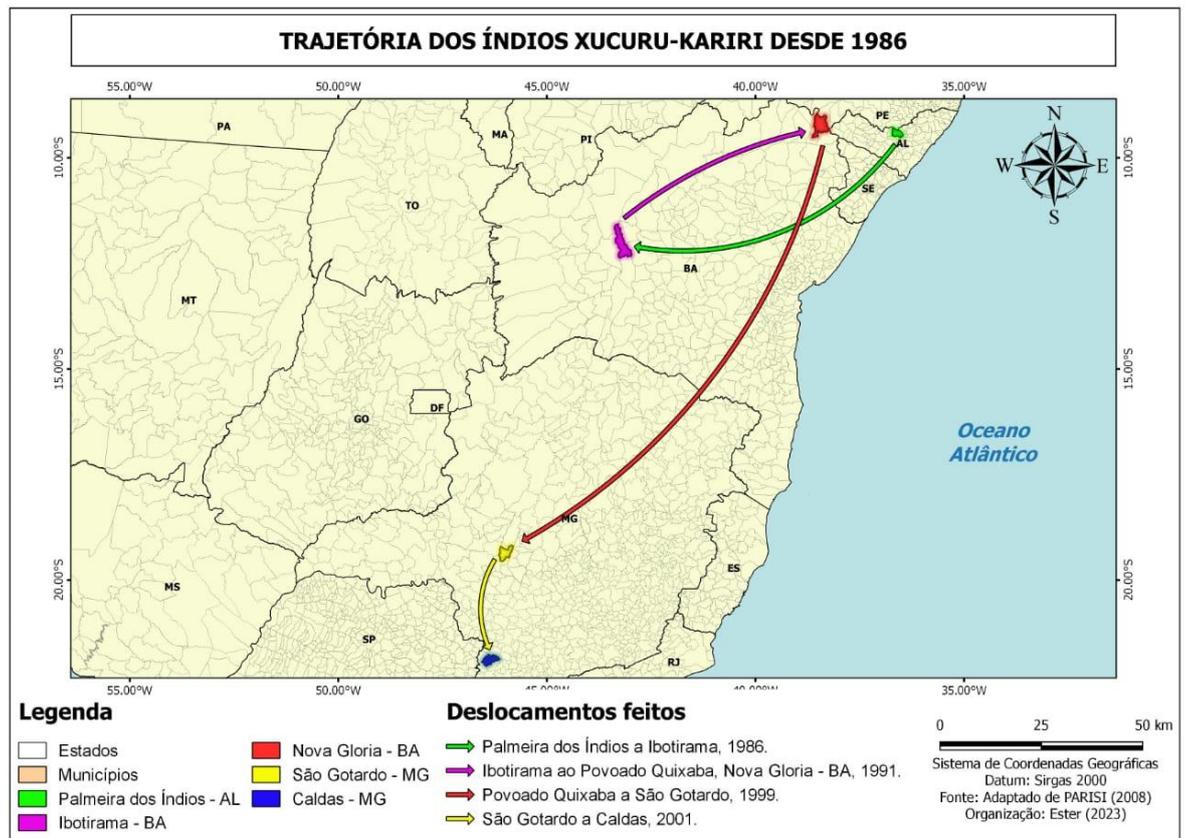
TABELA 1 - Trajetórias das famílias indígenas

Trajetória do Xucuru—Kariri	Famílias
Palmeira dos Índios-AL (1986)	120 Famílias
Ibotirama-BA (1991)	05 Famílias
Povoado de Quixaba (1999)	05 Famílias
Caldas Minas Gerais (2001)	14 Famílias
Distrito Quixaba (2023)	32 Famílias

Fonte: Ester Gonçalves (2023).

Nessa mesma perspectiva, o mapa abaixo aponta a trajetória dos índios Xucuru-Kariri desde 1996, passando temporariamente em Ibotirama e logo após para o Povoado Quixaba:

MAPA 2: trajetória dos Índios Xucuru-Kariri desde 1986



Fonte: Ester Gonçalves. Elaborado por Pedro Santos

No entanto, o mapa aponta a trajetória do povo Xucuru-Kariri ao longo dos anos, principalmente em 1986. Nesse sentido, o que acarretou a saída de Palmeira dos Índios, Alagoas, foi um “conflito interno entre as famílias” (Em entrevista com Mair Sátiro em 2022). Diante o conflito, a família Sátiro saíram de Palmeira dos Índios para Ibotirama, as cinco famílias enfrentaram novos desafios como a locomoção, pois, tinham que passar pelas fazendas dos latifundiários para chegar na aldeia, além de não se adequarem em Ibotirama, os intensos períodos de chuva que “alagavam” a propriedade (Em entrevista com Kauan Correia 2022). O ex-cacique Antônio José Sátiro Nascimento foi informado pelo Sr. Olegário um território que poderia abrigar as famílias. Território este voltado para o interior de Glória, no povoado Quixaba-BA, território chamado de Pedra Frondosa, próximo ao Rio São Francisco, que atualmente deixou de ser povoado Quixaba, para se tornar Distrito Quixaba, onde os Xucuru-Kariri residem até os dias atuais.

As lutas para o assentamento, o novo território na pedra frondosa, próximo às margens do Rio São Francisco, abrangia um total de 120 tarefas, 34,28 hectares, algo considerável para

abrigar a família Sátiro. Nesse sentido Kauan Correia (2022) diz como foi a relação de compra e a contribuição da FUNAI para adquirir o território:

Através do, no caso indicações da FUNAI, entre outros povos que já moravam aqui, que falavam que tinha essa terra para vender né, no caso, foi comprada com o recuso de cinco famílias né, que venderão lá em Ibotirama e comprarão aqui. (Entrevistado, Correia, Kauan 2022)

O cacique na época, Antônio José Sátiro Nascimento foi informado pelo Sr. Olegário que sabia de um território e intermediou a relação de proprietário e comprador. O dono do território era conhecido pelo apelido de “Maninho” que negociou o valor com o Antônio José Sátiro. Dito isto, considero importante esclarecer que os valores dos lotes para adquirir o território eram inimagináveis para o povo Xucuru-Kariri, uma vez que estes possuíam determinada quantia desde Ibotirama-BA, mas esta não era suficiente para quitar a terra, sendo necessária a contribuição da FUNAI – Órgão Federal. Semelhante à situação vivenciada em Palmeira dos Índios-AL, o território também pertencia ao governo federal.

A demarcação territorial é essencial para a existência e reprodução do povo Xucuru-Kariri, nesse sentido, para melhor visualização logo abaixo estará uma tabela que mostrará como está a demarcação territorial das aldeias, mas também a Xucuru-Kariri. Segundo o site Terras Indígenas.

TABELA 2- Reconhecimento Territorial

Reconheciment o territorial	Situação territorial
Geripankó	Em identificação
Kariri-Xocó	Homologada
Pankararu	Homologada
Kucuru-Kariri	Reconhecimento Declarada

Fonte: Terras Indígenas 2023. Elaborado por Ester Gonçalves

Faz parte do processo de retomada, chegada. Assumir o processo de cultivo da terra. Barracas cobertas de lona, também foi necessário delimitar e preparar a terra para o plantio do milho, feijão, banana, mandioca e coqueiros, como apontaram Mair Sátiro e Kauan.

Em razão das dificuldades e conflitos surgidos com o início da instalação em Palmeira dos Índios, parte do grupo indígena resolveu ir para Ibotirama onde não encontraram menores desafios também relacionados à moradias e locomoção. Posteriormente, decidiram sair de Ibotirama para um povoado no sertão nordestino, cujo o nome é Quixaba que está localizada a 28 km da sede de Gloria-BA. Nas figuras 1, 2 e 3 a seguir podem ser vistas à frente da aldeia Xucuru-Kariri com pinturas realizadas pelos próprios indígenas.

FIGURA 1: Aldeia Xucuru-Kariri



Fonte: Ester Gonçalves 2023

FIGURA 2: Aldeia Xucuru-Kariri



Fonte: Ester Gonçalves 2023

FIGURA 3: Terra protegida pelo GOVERNO FEDERAL



Fonte: Ester Gonçalves 2023

2. A LIDERANÇA NA ALDEIA XUCURU-KARIRI

2.1 História e trajetória das lideranças indígenas e o relacionamento com a aldeia

Retomamos aqui a discussão abordada no capítulo anterior, o cacique é uma liderança espiritual e política da comunidade, na sucessão política em processo de migração o cacique era Francisco Assis de Araújo, conhecido também, pelo apelido de Xicão. Em entrevista, Mair Sátiro Nascimento comentou que Francisco de Assis foi o primeiro cacique quando saíram de Palmeira dos Índios para Ibotirama:

Esse processo de quanto se define os caciques, quando foi o primeiro cacique, que foi quando saíram de Palmeira dos Índios, eles elegeram Zezinho. Ele era um dos irmãos de Almerinda e de Zezé, ele era mais desenrolado, era bom conhecedor da cultura, das ciências, então ele ficou sendo o cacique, liderando seu povo na trajetória de chegada de Ibotirama a chegar aqui. (Entrevista com Mair Sátiro Nascimento em 2022).

A seguir a fotografia do primeiro cacique Francisco de Assis Araújo, quando a comunidade saiu de Palmeira dos Índios/Alagoas para Ibotirama na Bahia:

FIGURA 4: Primeiro cacique Francisco de Assis Araújo



Fonte: Magda Rafaela

No entanto, o primeiro cacique Francisco de Assis ficou temporariamente em Ibotirama saindo com algumas famílias para Minas, em outra migração, deixando o seu

sucessor, seu irmão mais velho Zezé. Porém, Zezé se envolveu com conflitos com algumas famílias em Ibotirama, além, de apresentar dificuldades relacionadas a leitura e escrita, assim, sua irmã Almerinda Sátiro o representava nos locais.

Durante o cacicado, Zezé apresentava o desejo de deixar o seu filho Antônio Xucuru como cacique, mas, segundo os entrevistados Kauan e Mair, Antônio Xucuru, filho do cacique Zezé, não respeitava as regras estabelecidas pela comunidade. Desse modo:

Quando chegou aqui se passou um tempo Zezinho teve um conflito com algumas famílias e acabou indo para Minas Gerais com algumas famílias, ai ficando Zezé que era um irmão mais próximo, mais velho (sendo o cacique), só que Zezé tendo dificuldades de não saber ler, não saber assinar, então Almerinda sempre estava representando ele nos locais e Zezé ele tinha o anejo de deixar o seu filho que todos conhecem como “Antonio Xucuru Satiro” para poder ficar como cacique no lugar dele, só que Antônio Xucuru dimensão espiritual do processo de retirada, migração, não estava sabendo respeitar regras, não estava sabendo seguir as ordens que eram para ser seguidas. (Entrevistado, Mair Sátiro, 2020).

Assim, nesse momento, Zezé anunciou que não conseguiria estabelecer seu cacicado pela falta de estudo, mas tinha o desejo que seu filho Antônio Xucuru assumisse seu lugar. No entanto, a comunidade não aceitou bem essa decisão, sugerindo que a escolha se desse após o escrutínio da comunidade.

FIGURA 5: cacique Zezé Sátiro



Fonte: Magda Rafaela 2023

2.2 A sucessão da liderança indígena em Quixaba

Em virtude da renúncia do cacique Zezé, de acordo com as tradições políticas e organizacionais da comunidade, ficou decidido que haveria uma votação na comunidade, posto que a comunidade não poderia ficar sem representação.

A esse respeito, Kauan fala:

Então teve uma votação, entre, no tempo, onde Zezé disse que não dava para ficar por falta do conhecimento de estudo, e precisava viajar, então foi a votação ou Almerinda ou Antônio Xucuru, ai o pessoal da aldeia votaram para Almerinda. Então Almerinda ganhou, ai ficou sendo a cacique. (Entrevistado, Kauan, 2020).

A seguir a fotografia do Terceiro cacicado de Almerinda Sátiro:

FIGURA 6: Almerinda Sátiro



Fonte: Magda Rafaela 2023

O período de votação para estabelecer o cacicado foi essencial para a comunidade. Segundo o entrevistado Kauan, “Almerinda ganhou e ficou sendo a cacique”. De acordo com a tradição indígena quando a escolha do cacicado não se dá por eleição, o cargo é passado de geração em geração, ou seja, dos pais para os filhos, entretanto, caso outra pessoa esteja disposta a concorrer, haverá uma votação com a comunidade que estabelecerá quem será o futuro cacique. Kauan fala brevemente sobre o processo de votação e o desejo do filho de Almerinda Sátiro de assumir o cacicado.

Não tendo essa questão de votação, quando se tem duas pessoas ou que seja, vai se passando de tradição, como Almerinda irá passar o cacicado para seu filho Mair Sátiro por que Almerinda já está cansada, Mair é mais jovem, já está participando de movimentos né, conseguindo então, resolver muitas coisas, ai se vai passando dessa forma. Se for necessário, se tivesse Mair e outra pessoa que trabalhasse bem que estivesse bem desenvolvido faria sim, quem sabe uma essa eleição para ver qual dos dois ficaria, mais ai não teve essa pessoa vai se passando para a pessoa que mais se destaca, pra pessoa que já vem trabalhando pela comunidade. (Em entrevista com Kauan 2022)

As mulheres indígenas sempre tiveram reconhecida importância em suas comunidades. No que pese em razão da divisão social do trabalho, as mulheres indígenas em alguns aspectos reproduzem os cuidados com os filhos e com a casa, do mesmo modo como ocorre nas comunidades não indígenas, isso não era fruto de uma ideologia que visa inferiorizar a mulher como ocorre no patriarcado.

Não raro, vemos exemplos de intensa participação das mulheres indígenas em suas comunidades.

2.3 O Cacicado estabelecido por Almerinda Sátiro

O cacicado de Almerinda passou por momentos de intensa vulnerabilidade, sobretudo no período de Pandemia do COVID-19, de 2020 a 2022 cacicado durante a pandemia do COVID-19. Durante o período, necessitou-se estabelecer uma série de regras e normas na aldeia, entre as quais, evitar a presença de pessoas não indígenas.

Os efeitos econômicos e sociais da pandemia do COVID -19, sobre os povos indígenas foram devastadores. A postura do Governo Federal em atrasar deliberadamente a compra das vacinas imunizantes em face do COVID-19, aliada ao retorno da concepção de integração dos povos indígenas, contrariando a garantia constitucional que assegura a autodeterminação dos povos indígenas brasileiros, trouxeram o abandono governamental e mesmo a morte para diversas comunidades indígenas.

A extensão dos danos causados às comunidades indígenas brasileiras precisa ser mensurada em pesquisas que certamente serão realizadas nos próximos anos. O impacto da política indigenista Federal no que diz respeito especificamente a comunidade Xucuru – Kariri, carecem desses dados para apoiar generalizações mais realistas.

No dia 02 de setembro de 2022, a Cacica Almerinda Sátiro do Nascimento propôs uma reunião com os indígenas da Aldeia Xucuru-Kariri, o objetivo dessa reunião é para passar o seu cargo e reconhecê-lo perante os indígenas como o atual cacique o seu filho Mair Sátiro do

Nascimento. Em entrevista com Mair Sátiro Nascimento relatou como foi ser reconhecido como atual Cacique:

É como foi que me tornei cacique né através de minha mãe que estava a muito tempo ai na militância, e ela cansou né, eu esperava que, ela tinha falado comigo que iria passar mas não agora nesse exato momento que agora estou coo cacique, mas em uma reunião que a gente teve com a comunidade foi onde ela me pegou com de supressa já passando o cargo de cacique, e ai a gente tem que encarar né, **arregaçar as mangas e encarar, buscar melhorias para o nosso povo.** (Entrevistado o atual cacique da Aldeia Xucuru-Kariri Mair Satiro do Nascimento em 2023. Grifo nosso).

Ainda nessa perspectiva, na terceira geração desse processo de migração, e o cacicado estabelecido por Mair Sátiro abortou que:

É esse momento como cacique, está sendo um momento bom né, mas é, muitas coisam dificultam né, as vezes a gente quer trazer o melhor para o nosso povo, nossa comunidade, as vezes a gente sabe que nunca sai da maneira que a gente quer né, tem alguns órgãos que tem as suas limitações. (Entrevista com o atual cacique da Aldeia Xucuru-Kariri Mair Satiro do Nascimento em 2023).

Como foi mencionado anteriormente, Almerinda Sátiro do Nascimento estava cansada da militância e em uma reunião com os indígenas, reconheceram o seu filho Mair Sátiro do Nascimento como o atual cacique da Aldeia Xucuru-Kariri do Distrito de Quixaba.

FIGURA 7: Atual Cacique Mair Sátiro Nascimento



Fonte: Ester Gonçalves 2023

3. DESAFIOS DO CONTEXTO EDUCACIONAL E OS CONHECIMENTOS TRADICIONAIS DO POVO XUCURU-KARIRI

3.1 Educação indígena Xucuru-Kariri

O Distrito de Quixaba possui os seguintes níveis de ensino: Escola Municipal de Educação Infantil Professora Josenalva Soares Fernandes (EMEI), Centro Educacional Monsenhor Emilio de Moura Ferreira Santos – CEMEMFS e a Escola Cosme de Farias que funciona no mesmo prédio do CEMEMFS, ambas atendem o ensino fundamental, anos finais e iniciais, por outro lado, o ensino médio é atendido na sede, ou seja, em Glória-BA, no Colégio Estadual Reis Magalhaes- CERM. Primeiramente é essencial ressaltar que para frequentar as escolas dentro do distrito, é necessário que as crianças e adolescentes indígenas se desloquem 1.5km até a unidade escolar mais próxima, caso desejem cursar o ensino médio é necessário se deslocar até a sede em Glória para o Colégio Reis Magalhaes.

Nessa perspectiva, mediante as lutas da comunidade e por intermédio do poder público, a educação indígena diferenciada iniciou-se na própria aldeia, dentro de um galpão. Posteriormente, após algumas temporadas, as aulas eram ministradas no galpão da reserva e, simultaneamente, foi construída a escola dentro da aldeia, o nome da escola é Escola Estadual Indígena Xucuru-Kariri, atendendo os estudantes da educação infantil e pré-escola com idades variadas aos 3 anos até os 5 anos no turno vespertino. No turno matutino, atende o 1º ano ao 5º ano, e por fim, no período noturno é o EJA com turmas do 1º ano ao 3º ano.

O grande desafio proposto para a educação é estabelecer conexões entre o que se apresenta na escola e a vida da população brasileira. Mudar a mentalidades, superar o preconceito e combater atitudes discriminatórias são finalidades que envolvem o que é a tarefa para a sociedade como um todo. A escola tem o papel crucial a desempenhar nesse processo. (BRASIL, 1997, p.21).

Para ilustrar, a seguir serão colocadas algumas fotografias cedidas por Magda Rafaela da escola indígena Xucuru-Kariri e da Jornada Pedagógica 2023.

FIGURA 8: Escola Estadual indígena Xucuru-Kariri



Fonte: Maria Santos 2023

FIGURA 9: construção feita pela comunidade para guardar os equipamentos de mídia da escola



Fonte: Maria Santos 2023

A construção feita pela comunidade para guardar os equipamentos de mídia da escola indígena. A porta à esquerda dá acesso à sala de equipamentos e a porta à direita, permite o acesso ao depósito da escola.

FIGURA 10: Mair Sátiro responsável pela Escola Indígena e professores na Jornada Pedagógica 2023



Fonte: Magda Rafaela 2023

FIGURA 11: Jornada pedagógica na sede em Glória Bahia



Fonte: Magda Rafaela 2023

Logo abaixo será colocado uma tabela de função, funcionários, administração e professores da Escola Indígena Xucuru-Kariri:

TABELA 3: Função e funcionários da Escola Indígena Xucuru-Kariri

Função	Funcionário
Responsável pela Escola Xucuru-Kariri	Mair Sátiro
Administração e Professora	Magda Rafaela
Professor	Antônio José
Professora	Maira Sátiro
Professora	Maria Santos
Professora	Thalita Cruz
Professora	Wibara Sátiro
ADM I	Juliana Medeiros

Fonte: Ester Gonçalves 2023

A escola indígena como qualquer outra escola deve ser um lugar de inclusão, reconhecendo e privilegiando o diálogo com a comunidade, sob uma atitude de escuta empática que caminha para aprimoramento da experiência democrática.

No dia 06/09/2023, todas as Escolas Municipais e Estaduais convidaram toda a população para a participação do desfile cívico, em comemoração ao Dia da Independência, com o tema: “Glória, minha semente meu chão”, ou seja, o motivo da escolha do tema foi contar brevemente a história do distrito, os antigos e novos prefeitos, a sua principal atividade econômica e, relembrar à população as pessoas ilustres que marcaram o povoado que hoje é distrito. A participação da Escola Estadual Indígena foi de extrema importância. Logo a baixo algumas fotos do desfile cívico.

FIGURA 12: Desfile Cívico no Distrito de Quixaba: Como tudo começou



Fonte: Magda Rafaela 2023

FIGURA 13: Desfile cívico com a presença da cacica Almerinda Sátiro e Magda Rafaela com as crianças da Escola Estadual Indígena Xucuru-Kariri



Fonte: Magda Rafaela 202

FIGURA 14: Desfile Cívico no Distrito de Quixaba



Fonte: Magda Rafaela 2023

3.2 Os conhecimentos tradicionais dos Xucuru-Kariri

Há de se destacar, inicialmente, que a expressão cultural representada pelas tradições indígenas dentro da reserva é essencial para a reafirmação para a identidade indígenas. Seguindo essa perspectiva; a autora: Silvana (2015, p. 11) referem que

As formas de manipular os pigmentos, plumas, fibras vegetais, argila, madeira, pedra e outros materiais conferem singularidade [...] entretanto, não se trata de uma arte indígena, e sim de artes indígenas, já cada povo possui particularidades na sua maneira de expressar e de conferir sentido às suas produções. Os suportes de tais expressões transcendem **as peças exibidas nos museus e feiras (cuias, cestos, cabalas, redes, remos flechas, banco, esculturas, mantos, cocares)**, uma vêz que o corpo humano é pintado e escarificado e perfurado; assim como são construções rochosas, árvores e outras formações naturais; sem contar a presença crucial da dança e da música. (Parra, Siqueira, 2015, p.11. Grifo nosso.)

Especificamente falando, os autores supracitados discorrem sobre a linguagem artística das manipulações dos pigmentos além disso, interliga-se com a manifestações para a produção. Principalmente, nesse ambiente de manifestações culturais, sobretudo, indígena. O encantamento das cores é predominante, as texturas, ou seja, a produção manuais dos colares, pulseiras, e cocares, é uma reafirmação da identidade indígena e as relações culturalmente vividas, Bonnemaison, (2007)

Nessa perspectiva, os autores Silvana Parra e Juliano Siqueira contribuíram a respeito das “danças e músicas” com o uso do corpo para a expressões artísticas através dos rituais dentro da reserva, que se assemelha com a produção manual das redes, canoas e as cuias de coco artesanais. Desse modo, Ribeiro (1999) pontua:

A verdadeira função que os índios esperam de tudo que fazem é a beleza. Inicialmente, suas belas flechas e sua preciosa cerâmica tem valor e utilizada. Mas sua função real vale dizer, na sua forma de contribuir para a harmonia da vida coletiva que expressão de sua cultura, “criar” beleza. (Ribeiro, 1999, p.160).

A autora Paola de Amaral Tavares que é graduada em artes visuais na universidade no Estado de Santa Catarina, no seu trabalho de pesquisa: Artes visuais indígenas contemporâneas no Brasil: Resistência e Manifestações Indígenas através das Expressões Artísticas. (2018.p.3). E em outra oportunidade, disserta:

Considerando que existem mais de 300 etnias indígenas localizadas no Brasil e que cada uma possui uma singularidade cultural, histórica e social, é possível compreender que não existe “um índio”, mas sim diversas comunidades, com línguas, costumes, estruturas sociais e culturais diferentes, e conseqüentemente fica nítida a importância de enfatizar que também não existe “uma arte indígena, mas sim diversas. (Tavares, 2008, p.12)

A seguir, veremos fotografias que ilustram esta subcapítulo, no qual o tema principal é a arte e expressões culturais nas tradições indígenas, presentes na Aldeia Xucuru-Kariri

FIGURA 15: Colares e pulseiras



Fonte: Pituiario 2022

FIGURA 16: Maracas produzidos na aldeia



Fonte: Magda Rafaela 2023

FIGURA 17: Maracas e copos



Fonte: Magda Rafaela 2023

Nesse ambiente ritualístico que é predominante na aldeia, envolve-se a beleza das cores, os detalhes manuais, mas também, estão presentes os tons terrosos. Segundo Silvana Para e Juliano Siqueira “as redes, mantos cocares e cabaças” transmitem a precisão dos trabalhos manuais feitos pela comunidade.

Dentro da ritualística, o toré, é o ritual sagrado para a reafirmação da identidade, mas também, ciência para os povos indígenas. Neves, ressalta que:

Toré concede instintividade e serve como sinal diacrítico, religando o caboclo a sua origem indígena. Dessa forma, o Toré se torna fator de coesão social e fortalecimento de identidade étnica. Estas possuem raízes nas emoções, sentimentos, proporcionando mudança no comportamento do indivíduo e delimitando fronteiras intra-étnicas. (Neves, 2005, p.130)

O Toré é realizado, nas quartas-feiras ao entardecer na oca da aldeia, acendendo fogueiras, cantando toantes e agradecendo, principalmente, chamando os encantos e encantados. A estrutura da oca foi feita pela comunidade e é de suma importância religiosa e cultural para os indígenas. Abaixo, observaremos as seguintes fotografias: A oca, onde o toré

é realizado na Aldeia Xucuru-Kariri, e por fim, as fotos de Mair Sátiro, Almerinda Sátiro e Antônio José Sátiro.

FIGURA 18: Oca em 2022



Fonte: Gustavo Lima 2022

FIGURA 19: Oca em 2023



Fonte: Ester Gonçalves 2023

FIGURA 20: Toré realizado na Aldeia Xucuru-Kariri



Fonte: Rafaela Sátiro 2022

FIGURA 21: Mair Sátiro, Almerinda Sátiro e Antônio José Sátiro



Fonte: Rafaela Viana 2020

Acerca das pinturas corporais com o uso do Jenipapo. Narayan Santos assegura que:

O jenipapo é um fruto muito típico da nossa região. Podemos encontra-lo em grande quantidade em toda região do Caramuru e em todas as regiões próximas: Rio Pardo, Paraiso, Milagrosa, Água vermelha, entre outras. A quantidade de derivados que esse fruto nos oferece é imensa e os Pataxó Hãhãhãe o valorizam muito, sendo que algumas pessoas complementam suas rendas a partir de produtos feitos de jenipapo. (Santos, 2020, p.6).

Nessa mesma linha de pensamento, a autora destaca que:

Conforme os estudos botânicos indicam, o jenipapo é um fruto nativo da América do Sul e ocorre em todos os estados do Brasil, exceto no Rio Grande do Sul. O jenipapo é encontrado de forma abundante nos seguintes biomas: cerrado, Mata Atlântica e floresta amazônica. **O jenipapo, cujo nome científico é Genipa Americana, é muito utilizado por suas propriedades medicinais e nutritivas, além de propicia a extração de uma tintura utilizada extensivamente na pintura corporal por diversos povos indígenas.** O fruto é arredondado, podendo variar muito de tamanho. Quando está maduro, dobra de tamanho e a cor da casca e da polpa podem apresentar variações cromáticas e de textura, assim como alterações em suas características químicas. Há também o Jenipapo-do-seco, ou jenipapo-liso (*Genipa infundibuliformis*) que é uma espécie com características semelhantes e infelizmente não é tão conhecida. **Porém ela também fornece alimento e tinta.** Jenipapo é coletado e comercializado sem a necessidade de se utilizar conservantes. Sua polpa é empregada na fabricação de doces, massas e licores, além de remédios e **tinta para pintura corporal.** A presença do Jenipapo na região de Caramuru. Como sua árvore é muito presente na região e produz frutos abundantemente, pode ser coletado diretamente ou adquirido por um preço muito baixo, o que o torna muito acessível à população. (Santos, 2020, p.7).

O Jenipapo é fundamental para a comunidade, através do manuseamento desse fruto que os Xucuru-Kariri utilizam em rituais sagrados, pinturas corporais e também para a produção de maracás e cuias.

FIGURA 22: Pintura corporal com uso de Jenipapo



Fonte: Magda Rafaela 2022

FIGURA 23: Pintura corporal em crianças indígenas



Fonte: Magda Rafaela 2022

Santos, relata sua experiência com o uso do Jenipapo:

A pintura corporal feita com o jenipapo pode durar entre 10 e 15 dias, dependendo da forma como é feita e de acordo com a pele. Em peles secas, dura mais tempo; em peles mais oleosas, dura menos tempo. (Santos, 2020, p.17)

A autora destaca ainda que o uso do jenipapo é uma cultura tradicional no qual os povos indígenas tem muito orgulho:

A pintura corporal indígena Pataxó Hãhãhãe está presente em todas as ocasiões de nossas lutas e movimentos que envolvem o nosso território, saúde, educação e agricultura, entre outros. Nas retomadas, é visível observar os corpos masculinos e femininos com as simetrias. (Santos, 2020, p.18).

Os conhecimentos indígenas são cheios de elementos e significados, a expressão de entoar o Toré, os trajes, as pinturas corporais, para a formação de professores com um conhecimento especializado sobre os indígenas do Nordeste. Segundo Leal (2012) há uma ligação entre a natureza e a vida humana. De forma que essa ligação se materializa nos contatos que a comunidade indígena tem com a natureza, a coletividade e igualdade entre os irmãos. Através da tradição, essa relação de pertencimento com a natureza é repassada de pai para filhos, Silva (2012) destaca esse aspecto da tradição no que diz respeito aos conhecimentos sobre as plantas medicinais, os encantados e por fim, a sua relação com a terra.

Percebe-se que a relação dos indígenas com a natureza é a forma de reafirmar sua identidade, também, preservando os recursos naturais como vegetação nativa, solo e plantações para a sua subsistência. O Supremo Tribunal Federal (2023) aborda a relação dos indígenas com a natureza:

Os povos indígenas sempre tiveram uma relação intrínseca com a natureza, vivendo em harmonia e equilíbrio com o meio ambiente. Eles conhecem a importância da preservação dos recursos naturais para a sobrevivência e, por isso, possuem uma relação estreita e respeitosa com a natureza e seus recursos, baseadas em valores e reciprocidade. (Supremo, s/p 2023)

Em outro momento do texto, aborda-se a questão da preservação da biodiversidade:

Essas práticas são fundamentais para a preservação do meio ambiente, pois promovem o uso sustentável dos recursos naturais e a manutenção da biodiversidade. Além disso, os povos indígenas tem um conhecimento sobre a flora e fauna local, o que contribui para a conservação e preservação da diversidade biológica (Supremo, s/p 2023)

Ressalte-se nesse sentido, que o trabalho na manutenção do território é dimensão do trabalho coletivo por famílias, ou seja, cada família ficará responsável pela manutenção de uma determinada área e pelo seu cultivo. Mair Sátiro comentou que as famílias cultivam “mangueiras, milho, feijão, macaxeira, coqueiros e bananeiras”. Mas como é repartido o lucro do cultivo? Mair também nos reportiu que “o lucro é dividido entre eles, assim é nossa forma de sustento”. É evidente a noção de cooperativismo.

É perceptível que o contato com a mãe natureza é predominante na comunidade, o cultivo de mangueiras, feijão, macaxeiras e outros para a sua subsistência, mas também, a produção manual de colares, maracás e, no uso destes, em dias comemorativos e rituais presentes na aldeia, mas também, para o ensino das tradições na escola indígena. Assim, reafirmando a identidade desde pequenos(as).

Figura 24: Plantação de coqueiros



Fonte: Ester Gonçalves 2023

Figura 25: Plantação de Macaxeira



Fonte: Ester Gonçalves 2023

Figura 26: Pé de Feijão



Fonte: Ester Gonçalves 2023

Figura 27: Pé de Milho



Fonte: Ester Gonçalves 2023

Figura 28: Coqueiros



Fonte: Ester Gonçalves 2023

3.3 Os problemas ambientais encontrados na Aldeia-Xucuru-Kariri

Um problema que assola a comunidade é a poluição causada pela baronesa e os seus impactos na reserva indígena. A baronesa cujo nome científico é *Echornia crassipes*, é uma planta aquática, que é indicadora de poluição e vem causando danos aos moradores, dentre eles destaca-se aspectos ligados ao tratamento de água, prejudicado pela baronesa às margens do Rio São Francisco. Nas fotos 8, 9, 10 e 11 conseguimos observar a baronesa próximo à bomba de captação: 1) baronesa, 2) taboa⁴

⁴ Segundo o portal da Serra Cabanas a Taboa é uma planta não convencional, que serve de alimento para pássaros.

FIGURA 29: Casa da Bomba e ao redor as baronesas



Fonte: Magda Rafaela 2023

Conseqüentemente, a baronesa, que é uma planta aquática, tomou conta da casa de bomba e a fotografia a seguir, mostra a barreira de pedra feita pelos moradores da Aldeia.

FIGURA 30: Casa da bomba por dentro



Fonte: Magda Rafaela 2023

Os autores Matos, Soares e Brasil (2007) nomearam de taboa a planta aquática usada para o tratamento de esgotos que está presente nos lugares de solos saturados e alagados:

Macrófitas aquáticas é a denominação genérica dada da taboa utilizada para tratamento de esgoto doméstico em “Watland” conjunto de plantas que crescem no meio aquático, em solos saturados ou alagados, independente do aspecto taxonômico, sendo constituídas por espécies como macroalgas. (Brasil et al, 2007, p.226-227).

Observamos na foto 10, uma barreira de pedras construída pela comunidade junto à casa de bomba, mas também, conseguimos observar que ao redor da barreira de pedras a presença da baronesa. Já na figura 11, a presença da taboa é nítida o que traz péssimas consequências para a comunidade, interferindo no bombeamento de água para a reserva.

FIGURA 31: Barreira de pedra



Fonte: Magda Rafaela 2023

Figura 32: Baronesa a margem do Rio São Francisco, cheia de baronesa e taboa



Fonte: Magda Rafaela 2023

Os autores Carvalho, Silva, Hermínio (2015) refletem sobre a poluição dos rios e suas consequências para a comunidade.

O termo “poluição” refere-se à degradação do ambiente por um ou mais fatores prejudiciais à saúde deste. Ela pode ser causada pela liberação da matéria, e também de energia (luz, calor, som) e como principal percurso poluído estão os rios que são

recursos de água naturais que se deslocam de um nível mais elevado do terreno para outro mais baixo, correm por terrenos elevados e baixos, acidentados e planos. Alguns rios nunca secam, porém, outros, secam em determinadas épocas do ano por falta da chuva, sendo que a maioria corta o território brasileiro com extrema importância para a população e economia do país [...] a agricultura, pecuária, navegação, geração de energia, lazer e abastecimento residenciais, escolas, hospitais, lojas, restaurantes entre outros. (Carvalho, Silva, Hermínio, 2015)

O comitê da bacia hidrográfica do rio São Francisco (CBHSF) destaca que assim como a taboa é a baronesa são indicadoras de poluição, e, estão presentes em Pernambuco, em Petrolina, na orla do vale do São Francisco, na Bahia, também, encontramos essa planta. Porém, além da baronesa ser indicador de poluição tem outra questão importante, com sua morte, ela dejeta tudo que foi coletado no Rio. O órgão sugere que é necessário retirar a baronesa do rio e colocá-la nos locais adequados.

As baronasas também são indicativos termômetros de poluição providentemente do despejo de esgoto nos rios. As baronasas estão cada vez mais avançando no rio São Francisco, principalmente nas áreas da região do Vale do São Francisco. Na orla de Petrolina/PE, cidade da região do Vale do São Francisco, no sertão pernambucano, as margens já estão cercadas por essas plantas. [...] apesar aparecerem ao sinal de poluição, as baronasas são espécies de filtros que se alimentam dos dejetos. O problema é que, quando a baronesa morre, tudo o que a planta absorveu e que ainda não foi jogado fora do manancial vai ser devolvido para água só do rio. É preciso retirar as baronasas e dar outras providências no despejo do esgoto das cidades. (CBHSF, 2015 p. s/p)

Contudo, a baronesa e taboa estão afetando a vida da comunidade indígena, na agricultura, abastecimento residenciais, escola e lazer, é o que asseveram Carvalho, Silva e Hermínio (2015), gerando consequências para os residentes da aldeia indígena, sobretudo, no bombeamento de água. Água esta que é para toda a comunidade, podemos observar na fotografia 8 o tamanho da gravidade da proliferação da planta baronesa e taboa. O poder público local, ou seja, a prefeitura municipal de Glória, no momento, não está fazendo nada para reverter essa situação, o que afeta não somente os moradores da aldeia indígena Xucuru-Kariri, mas também, todo o Distrito de Quixaba.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Assim, que os primeiros contatos foram realizados com Almerinda Sátiro e conhece-la pessoalmente, mencionamos um pouco do que estávamos pensando em abordar os caminhos e lutas enfrentadas, um pouco da possível pesquisa e tema, o que estávamos pensando em abordar, Almerinda Sátiro de imediato aceitou a proposta, e ajudou no que precisamos.

A participação da liderança indígena foi de extrema importância para a realização desse projeto, a professora indígena Magda Rafaela cedeu do seu arquivo pessoal a maioria das fotos, e nos acompanhou, foi de fundamental importância as entrevistas com os indígenas para entender de perto os desafios enfrentados e conquistas.

Ressalto que a partir das entrevistas realizadas com os indígenas foi de suma importância para chegar ao resultado final que foi a análise teórico e pratica, os costumes e crenças, artesanatos e como a escola indígena é importante para a reafirmação da identidade das crianças indígenas.

Tendo como norte para a pesquisa, o processo de retomada do território do povo Xucuru-Kariri, com apoio em debates atuais sobre os indígenas do Nordeste, buscou-se nos limites que o trabalho permitiu, contribuir com algumas considerações sobre a história, a formação e os aspectos ligados ao desenvolvimento da comunidade Xucuru-Kariri. Assim, que os primeiros contatos foram realizados com Almerinda Sátiro e conhece-la pessoalmente, mencionamos um pouco do que estávamos pensando em abordar os caminhos e lutas enfrentadas, um pouco da possível pesquisa e tema, o que estávamos pensando em abordar, Almerinda Sátiro de imediato aceitou a proposta, e ajudou no que precisamos.

Os dados que embasaram a pesquisa foram obtidos a partir da oitiva dos indígenas entrevistados e da coleta das imagens produzidas no campo pesquisado.

Os teóricos escolhidos para construir a fundamentação, atendendo a um reclamo ético-político da pesquisa, foram escolhidos atendendo ao critério do engajamento com a pesquisa a respeito dos povos indígenas.

Com apoio na literatura especializada sobre os indígenas do Nordeste, podemos compreender que a região foi duramente impactada pelo colonizador português, mormente no que se refere ao esbulho de terras indígenas e a política pombalina para os jesuítas que terminou por provocar maior dispersão indígena.

Contudo, do meio para o final do século XX, houve intenso ressurgimento de etnias indígenas no Nordeste, como é o caso dos Xucuru-Kariri.

Os dados obtidos no local da pesquisa apontam para a existência de uma escola indígena com oferta de ensino infantil até o ensino médio; processos de reafirmação da identidade étnica indígena como realização do Toré e manifestações artísticas; agricultura de subsistência e intrincada relação da terra como lugar de pertencimento étnico-cultural e, infelizmente, informam sobre o quanto a poluição ambiental, mormente do Rio São Francisco, interfere na dinâmica das vidas indígenas afetadas.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, apud OLIVEIRA JR. Adolfo Neves de. **Faccionalismo Xucuru-Kariri e a atuação da FUNAI**. Disponível em www.unb.br/ics/dan/geri/Textos/oliveirajr3. Acesso em 19/04/23.

_____. Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 08 de fevereiro de 2007. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/>. Acesso em: maio de 2013.

ANTUNES, Clovis. **Wakona-Kariri-Xucuru**: aspectos Sócio-antropológico dos remanescentes indígenas de Alagoas. Universidade Federal de Alagoas: Imprensa Universitária, 1973

ARAUJO, Marli Gondim de. **Limolayfo toype**: território ancestral e agricultura indígena dos Xucurus do Orurubá em pesqueira e porção. Pernambuco, 2021,

BENEDITES, Flavio. A importância política do cacique Xikão para as mobilizações dos indígenas na região do Nordeste do Brasil. Revista discente ciência política Ed 1º v1º, 2022.

BRASIL, ISA. (Org.) povos indignas no brasil. 1999. Disponível em <https://pib.socioambiental.org> . Acesso em 13/07/23.

BRASIL, Mozart. MATOS, Antônio. SOARES, Antônio. Plantio e desempenho fenológico da taboa (thipha sp.) utilizada no tratamento de esgoto doméstico em sistema alagado construído. Eng. Santi. Ambiental. v 12. nº3. 2007.

CARVALHO, Antônia. SILVA, Elizângela Maria. HERMINIO, Luiz. Artigo poluição dos rios e açudes. Observatório jovem. 2015

CIMI, conselho indigenista missionário. Povo Xucuru-Kariri.2004. Disponível em www.cimi.org.br acessado em 20/06/23

CIMI, Nordeste. Calendário: índios do nordeste brasileiro. Paulo Afonso/BA. Editora fonte viva 1999.

COLLET, Celia, PALADINO, Mariana; RUSSO, Kelly. Quebrando preconceitos: subsídios para o ensino das culturas e histórias dos povos indígenas. Rio de Janeiro: contra capa livraria. Lacerd, 2014.

COMITE DA BACIA HIDROGRAFICA DO RIO SÃO FRANCISCO. https://cbhsaofrancisco.org.br/noticias/natureza_blog/uma-planta-aquatica-chamada-baronesa/ acesso em 18/07/23. 2015

DÓRIA, Siglia Zambrotti. Resumo do relatório de identificação e delimitação da terra indígena Xucuru-Kariri. Diário oficial da união, 20 de outubro de 2008 sec.1 pg.43 a 49

GAMA, Lucas. OLIVEIRA Amanda, MIRANDA, Anderson. **Indígenas, terra e território em Alagoas**: uma análise geografia da atualidade da resistência. Revista de geografia programa de pós-graduação em geografia da UFPE. Recife v. 36 nº1 2019.

GAMA, Lucas; SILVA, Amanda, RIBEIRO; Anderson (2019). Figura 1: Localização das etnias indígenas de Alagoas. Revista geografia de recife v. 36, nº 1, 2019.

HAESBAERT, Rogério. **o mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

NEVES, Mary Hellen Lima das. **Os índios Xukuru-Kariri na mata da cafurna em Palmeira dos Índios**: Relações socioambientais no semiárido alagoano (1979 a 2016).

OLIVEIRA, Edivania Granja da Silva. Os indígenas Pankará, o rio São Francisco e a barragem de Itaparica (Luiz Gonzaga): movimentos indenitários e relações socioambientais no programa Semiárido Pernambucano(1940-2010). Orientadora Maria Amélia Mascarenas Dantes. São Paulo, FFLCH, Universidade de São Paulo, 2022.

OLIVEIRA, João Pacheco de. (Org.). **A presença indígena no Nordeste**: Processos de territorialização, modos de conhecimentos e regimes de memória. Rio de Janeiro, Contra capa, 2011.

OLIVIERA, Kelly. **Guerreiros do Ororubá**: o processo de organização política e elaboração simbólica do povo indígena Xucuru. Recife: ed. Universitária da UFPE, 2014.

PALMEIRA DOS ÍNDIOS (AL). In: ENCICLOPEDIA dos municípios brasileiros. Rio de Janeiro: IBGE, 1959. V 19 p.110-114. Disponível em: http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizaçãp/liv27295_19.pdf. Acesso em 29/06/2023.

PARISI, Rosana Soares Bertocco. **Xucuru-Kariri**: a reconstituição da trajetória de um grupo indígena remanejado e suas habitações em “novaterra”- SP. 2008. Tese (Doutorado- Programa de Pós-graduação em Ciências da Engenharia Ambiental) – Escola de Engenharia de São Carlos da Universidade de São Paulo, 2008.

PARRA, Silvana, SIQUEIRA, Juliano. **Arte, educação e culturas indígenas**, v.1 Paraná, 2014. Disponível em http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes_pde/2014/2014_uel_arte_artigo_silvana_regina_parra.pdf. Acesso em 12/07/2023.

POVOS INDIGENAS NA PRESERVAÇÃO AMBIENTAL. <https://blog.supremotv.com.br/o-papel-dos-povos-indigenas-na-preservacao-ambiental-e-seus-direitos-relacionados-no-dia-internacional-dos-povos-indigenas/>

PREFEITURA DE IBOTIRAMA, dados municipais, prefeitura municipal. Ibotirama. 2023. Acessado em: <https://www.ibotirama.ba.gov.br/site/dadosmunicipais> acessado em 30/06/23.

QUEIROZ, Gecinaldo Soares de. FERREIRA, Lucinete de Souza. Histórico dos Xucuru-Kariri de Palmeira dos Índios Al, projeto de pesquisa da faculdade São Tomás Arquilino-FASCETA, Palmeira dos Índios 2004. Disponível em www.indiosonline.org.br acessado em 19/03/2023

REPORTER, Brasil. Ao menos 14 terras indígenas estão invadidas hoje. Número deve ser maior. Carta capital. 10/02/2019. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/carta-capital/ao-menos-14-terras-indigenas-estao-invadidas-hoje-numero-deve-ser-maior/> e <https://julianalimaredacao.com.br/desafios-enfrentados-pelos-povos-indigenas-brasileiros-no-seculo-xxi/> acessado em: 30/06/23

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro**: a formação e o sentido do Brasil, 2º ed. São Paulo, Cia. Das Letras 1995.

RIBEIRO, Darcy. **Os índios e a civilização**: a integração das populações indígenas no Brasil moderno. 4º ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1982.

SANTOS, Naraynan. **O jenipapo**: ciência, cultura e sustentabilidade para o povo Pataxó Hãhãhãe. Belo Horizonte.2020

SEMINÁRIO, Anais do VII seminário TRT/UFPE e caravana ANPUH/PE. História, direitos e trabalho, organização Marcio Vilela, Pablo Porfíro e Arthur do Nascimento. Editora UFPE. Recife, 2018.

SILVA, Edson, povos indígenas no nordeste: contribuição à reflexão histórica sobre o processo de emergência étnica. In: mneme-revista de humanidades v.4. n7 fev/mar de 2003.

SILVA, Edson “os cablocos” que são índios: história e resistência indígena no nordeste. In Portal do São Francisco- revista do centro de ensino superior do vale são Francisco/cesvasf. Belém de são Francisco, ano III, nº3, 2004.

SILVA, Edson A afirmação dos índios no Nordeste, Revista crítica Histórica ano II, nº4 dezembro/2011.

SILVA, Edson H. Xukuru: memórias e história dos índios na serra do orurubá (pesqueira/PE) 2008 tese (doutorado história social) Universidade de campinas (Instituto de filosofia e ciências humanas- IFVH) Campinas São Paulo, 2008.

SILVA, Edson Povos indígenas no nordeste: uma contribuição a reflexão histórica sobre os processos de resistência e emergência étnica João Pessoa, 2003.

SILVA, Edson. Os índios no Nordeste e as pesquisas Históricas: as influências do pensamento de Jonh Monteiro. In Fronteiras & debates, Macapá, v2.

SILVA, Edson. Xucuru: Memória de história dos índios da serra do Ororubá pesqueira PE 1950-1998. 2º Edição UFPE. Recife, 2017

TAVARES, Paola Artes visuais indígenas contemporâneas do brasil: resistência e manifestações indígenas através de expressões artísticas. UDESC. São Paulo, n. 9, p.280 a 297. 2018

TERRAS INDÍGENAS NO BRASIL, <http://terrasindigenas.org.br>, <https://terrasindigenas.org.br/pt-br/terras-indigenas/3724>, <https://terrasindigenas.org.br/pt-br/terras-indigenas/4001>, <https://terrasindigenas.org.br/ptbr/noticia/140869#:~:text=A%Reserva%20Pankararu%2C%20odos%20munic%C3%ADpois,este%20povo%20de%203500%20aind%C3%ADgenas>. Acesso em 05/07/2023

ANEXO

Calendário Escolar 2023

CALENDÁRIO ESCOLAR 2023

"Com tiranos não combinam. Brasileiros, brigueiros corações..."
www.ce.gov.br/secretaria-da-educacao-do-estado-da-bahia

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DO ESTADO DA BAHIA
 NTE/24 – TERRITÓRIO DE ITAPARICA – PAULO AFONSO/BA
 COLÉGIO ESTADUAL INDÍGENA XUCURU KARIRI
 CODIGO MEC: 29366739, CÓDIGO SEC: 1179204 Aldeia Xucuru Kariri, S/N – Gloria/BA

CALENDARIO ESCOLAR – UEE INDÍGENA

Janeiro/2023							Fevereiro/2023 – 09 dias							Março/2023 – 25 dias							
D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S	
										01	02	03	04				01	02	03	04	
01	02	03	04	05	06	07	05	06	07	08	09	10	11	05	06	07	08	09	10	11	
08	09	10	11	12	13	14	12	13	14	15	16	17	18	12	13	14	15	16	17	18	
15	16	17	18	19	20	21	19	20	21	22	23	24	25	19	20	21	22	23	24	25	
22	23	24	25	26	27	28	26	27	28					26	27	28	29	30	31		
29	30	31																			
01 a 21 – Recurso Escolar 07 – Encargação Pública	01 – Contagem de Anos Letivos						01 a 03 – Jornada Pedagógica 13 – Início do Ano Letivo e 1 Unidade 18 a 22 – Recurso de Cativo	11 a 25 – Sábado Letivo													
Abril/2023 – 20 dias							Maio/2023 – 23 dias							Junho/2023 – 09 dias							
D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S	
						01		01	02	03	04	05	06					01	02	03	
02	03	04	05	06	07	08	07	08	09	10	11	12	13	04	05	06	07	08	09	10	
09	10	11	12	13	14	15	14	15	16	17	18	19	20	11	12	13	14	15	16	17	
16	17	18	19	20	21	22	21	22	23	24	25	26	27	18	19	20	21	22	23	24	
23	24	25	26	27	28	29	28	29	30	31				25	26	27	28	29	30		
30																					
07 – Fim do Ano Letivo 18 a 20 – Sábado Letivo	08 – Páscoa 21 – Trindade						01 – Dia do Trabalhador 13 – Conselho de Classe	08 – Início da 2ª Unidade 27 – Sábado Letivo						03 – Sábado Letivo 12 – Santo Antônio 18 a 30 – Recurso Letivo	08 – Ponto Facultativo 29 – São João						
Julho/2023 – 21 dias							Agosto/2023 – 23 dias							Setembro/2023 – 19 dias							
D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S	
						01			01	02	03	04	05						01	02	
02	03	04	05	06	07	08	06	07	08	09	10	11	12	03	04	05	06	07	08	09	
09	10	11	12	13	14	15	13	14	15	16	17	18	19	10	11	12	13	14	15	16	
16	17	18	19	20	21	22	20	21	22	23	24	25	26	17	18	19	20	21	22	23	
23	24	25	26	27	28	29	27	28	29	30	31			24	25	26	27	28	29	30	
30	31																				
02 – Independência da Bahia 12 – Aniversário Anísio Teixeira							21 – Terceiro de 1ª Unidade								01 – Início da 3ª Unidade 07 – Independência do Brasil 08 – Ponto Facultativo 15 – Conselho de Classe 18 – Aniversário de Paulo Freire 21 – Sábado Letivo						
Outubro/2023 – 21 dias							Novembro/2023 – 19 dias							Dezembro/2023 – 11 dias							
D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S	
						01				01	02	03	04							01	02
01	02	03	04	05	06	07	05	06	07	08	09	10	11	03	04	05	06	07	08	09	
08	09	10	11	12	13	14	12	13	14	15	16	17	18	10	11	12	13	14	15	16	
15	16	17	18	19	20	21	19	20	21	22	23	24	25	17	18	19	20	21	22	23	
22	23	24	25	26	27	28	26	27	28	29	30			24	25	26	27	28	29	30	
29	30	31												31							
12 – Início do 4º Bimestre 15 – Dia do Professor 28 – Funcionário Público	13 – Ponto Facultativo 21 – Sábado Letivo						02 – Fim do Ano Letivo 15 – Proclamação da República	03 – Ponto Facultativo 18 – Sábado Letivo						11 – Início do Ano Letivo e 1ª Unidade 18 a 20 – Encerramento das Atividades Finais 21 – Conselho de Classe Final 22 – Entrega de Resultados Finais 28 – Natal							

Legenda

Jornada Pedagógica	Início e Término do Ano Letivo/Unidade	Dias Letivos	Feriado	Conselho de Classe	Entrega dos Resultados Finais	Encerramento das Atividades Finais	Férias Escolares	Ponto Facultativo							
Dias Letivos	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Mai.	Jun.	1.º sem.	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.	2.º sem.	Total
	0	09	25	20	23	09	86	21	23	19	21	19	11	114	200

Universidade Federal de Alagoas-UFAL Campus do Sertão

Pesquisa de campo com os moradores da Aldeia Xucuru-Kariri- BA

Nome:	
Idade:	

Pesquisadora:	
---------------	--

Perguntas:

1. Todas as famílias que estão morando em Quixaba, estavam em Palmeira dos Índios? É uma ramificação? Se sim, qual?
2. Em que ano chegara?
3. Como foi o processo de saída de Palmeira dos Índios para Quixaba? Como souberam da terra? Tiveram alguma liderança no processo de articulação lá? Quem foi?
4. Como foi o processo de luta e reconhecimento territorial?
5. Quais são os princípios e valores que norteiam a educação indígena?
6. Existe alguma política pública, seja a FUNAI (prefeitura, ou outro órgão). Alguma assistência? Se sim qual? Como se desenvolveu?
7. Como se dá a educação da na Aldeia? Qual o nome da escola?
8. Quais são a série? Faixa etária? Quantos professores? Todos os professores são indígenas?
9. E em relação a saúde? Vocês tem atendimento médico e odontológico?
10. O posto de saúde está ativo?
11. O que vocês cultivam? E colhido é de todos como funciona?